GÊNESE FUNDIÁRIA E O MOVIMENTO DE TERRITORIALIZAÇÃO NO NOROESTE DO ESPÍRITO SANTO: um recorte espaço-temporal (1920 – 1950)

ANGELO DE SOUSA ZANONI

Vitória

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

ANGELO DE SOUSA ZANONI

GÊNESE FUNDIÁRIA E O MOVIMENTO DE TERRITORIALIZAÇÃO NO NOROESTE DO ESPÍRITO SANTO: um recorte espaço-temporal (1920 – 1950)

Vitória
2013

ANGELO DE SOUSA ZANONI

GÊNESE FUNDIÁRIA E O MOVIMENTO DE TERRITORIALIZAÇÃO NO NOROESTE DO ESPÍRITO SANTO: um recorte espaço-temporal (1920 – 1950)

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Geografia.
Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar Scarim.

Vitória
2013

ANGELO DE SOUSA ZANONI

GÊNESE FUNDIÁRIA E O MOVIMENTO DE TERRITORIALIZAÇÃO NO NOROESTE DO ESPÍRITO SANTO: um recorte espaço-temporal (1920 – 1950)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Geografia.

Aprovada em ___ de _____ de 2013.

COMISSÃO EXAMINADORA

_____
Prof. Dr. Paulo Cesar Scarim
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

_____
Prof.ª Dr.ª Simone Raquel Batista Ferreira
Departamento de Geografia - UFES

_____
Prof. Dr. Luiz Cláudio Moisés Ribeiro
Departamento de História - UFES

_____
Prof. Ms Jaime Bernardo Neto
Doutorando UFF

A bala de um tiro não só atravessa o espaço entre o atirador e a vítima. Atravessa também a distância histórica entre seus mundos, que é o que os separa (José de Souza Martins).

RESUMO

O estudo faz uma análise sobre a gênese da estrutura fundiária e o movimento de territorialização no Noroeste do Espírito Santo, traçando um recorte espaço-temporal entre as décadas de 1920 e 1950. Com objetivo de compreender a atual estrutura fundiária, procuramos analisar o processo de aquisição de terras devolutas, bem como os movimentos de territorialização impulsionados por uma política de colonização. Esta política se inicia na década de 1920, trazendo consigo as intencionalidades (disputas políticos-territoriais, econômicas, etc.) e alguns sujeitos envolvidos no processo. Os contrastes observados na paisagem rural do Espírito Santo são resultado de um conjunto de elementos, naturais e artificiais. As condições físico-naturais são características da configuração territorial, mas elas por si só não explicam essa configuração atual. Deve-se, portanto, acrescentar a importância das relações sociais, isto é, o uso que a sociedade faz desse território, criando condições de (re)produção em cada momento histórico. No caso do Noroeste, as intenções da colonização foram base de um projeto político-econômico que deixou sua marca do tempo no espaço. Algumas fronteiras tiveram que serem definidas, outras expandidas, e ambas estiveram presentes em um movimento único. Analisar o mercado de terras, sobretudo a partir da criação de uma Companhia Territorial e dos caminhos percorridos pela frente de expansão, ajuda no entendimento da apropriação exclusiva de terras devolutas. Mesmo com o objetivo de colonizar um território, houve também a negação aos territórios de negros, caboclos, posseiros e indígenas considerando que os mesmos já ocupavam tradicionalmente esse território. Caracteriza-se assim um movimento de des-re-territorialização de povos durante o projeto colonizador.

Palavras chave: Território, Noroeste, Fronteiras e Companhia Territorial.

LISTA DE MAPAS, IMAGENS E TABELA.

Mapas:

Mapa 01 – Percentual de imóveis com menos de 100 hectares no norte do Espírito Santo, 2006..... 21
Mapa 02 – Mapa de Elevação do Espírito Santo, com destaque à Região Noroeste estudada..... 22
Mapa 03 – Espírito Santo em 1912..... 24
Mapa 04 – Estrada Real..... 29
Mapa 05 - Província do Espírito Santo, em 1764..... 30
Mapa 06 – Processo de expansão colonial e perda de territórios indígenas... 40
Mapa 07 – Territórios indígenas no Espírito Santo..... 41
Mapa 08 – Territorialidade das firmas colonizadoras, Espírito Santo 1950..... 57
Mapa 09 – Rede Hidrográfica do norte do Espírito Santo, com destaque aos rios São Mateus, São José e Pancas..... 60
Mapa 10 – Destaque dos rios Pancas e São José..... 63
Mapa 11 – Destaque do rio São Mateus..... 64
Mapa 12 – Principais Diretrizes de Povoamento do Norte do Rio Doce..... 65
Mapa 13 – Espírito Santo em 1944..... 70
Mapa 14 - Movimentos migratórios ou des-re-territorializantes..... 72
Mapa 15 – Croqui realizado por uma agricultora no município de Águia Branca, ilustrando a divisão familiar da terra..... 74
Mapa 16 - Percentual de imóveis com mais de 500 hectares no Espírito Santo, 2006..... 83

Imagens:

Imagem 01 – Indígenas Botocudos do Rio Doce. Local: Barra do rio Pancas, entre Colatina e Barbados, em 1909..... 33
Imagem 02 – Indígenas Botocudos..... 34
Imagem 03 – Trecho do Relatório Final do Governador Nestor Gomes, que trata da reaquisição de terrenos cedidos às Companhias Territoriais..... 35

Imagem 04 - Escritura de 25 hectares de terra à margem do rio Doce..... 47
Imagem 05 - Planta de medição e descriminação de terreno às margens do rio Doce..... 48
Imagem 06 - Planta de medição e descriminação de terreno às margens do rio Pancas..... 49
Imagem 07 – Medição de Terras: serviço realizado à Companhia Territorial..... 50
Imagem 08 - Título Provisório e Caracterização do Imóvel assinado entre a Sociedade Colonizadora de Varsóvia e um agricultor polonês (frente)..... 54
Imagem 09 - Título Provisório e Caracterização do Imóvel assinado entre a Sociedade Colonizadora de Varsóvia e um agricultor polonês (verso)..... 55

Tabela:

Tabela 01 – Desmembramentos de municípios no Espírito Santo..... 25

LISTA DE SIGLAS

APES – Arquivo Público do Espírito Santo;

CEFFA – Centro Educacional de Formação Familiar em Alternância;

CRN – Conselho Rodoviário Nacional;

CTMG – Companhia de Terras da Mata Geral

DER-ES – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Espírito Santo.

DRD – Diretoria de Índios do Rio Doce

IDAF – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo;

IHGES – Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves;

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores;

NEPEA – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia;

OCCA – Observatório dos Conflitos no Campo

RACEFFAES – Regional das Associações de Centros Educacionais de Formação Familiar em Alternância do Espírito Santo

SPI – Serviço de Proteção aos Índios

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....12

Capítulo 01 – REFLEXÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS.....14

1.1 Referenciais Conceituais......14

1.2 Os Caminhos Metodológicos.....18

Capítulo 02 – PROCESSO DE COLONIZAÇÃO E O MOVIMENTO DE TERRITORIALIZAÇÃO..... 21

2.1 Olhar colonizador, discurso colonizador: a riqueza por detrás do "vazio"..... 27

2.2 A busca pela definição da fronteira político-administrativa e pela expansão da fronteira agrícola: a fronteira pelo olhar colonizador..... 36

2.3 Para onde foram os indígenas, caboclos, posseiros?..... 38

Capítulo 03 – MERCADO DE TERRAS E O SURGIMENTO DA COMPANHIA TERRITORIAL..... 43

3.1 O Funcionamento da Companhia Territorial..... 46

3.2 As Firmas Colonizadoras: apropriação privada da terra..... 51

3.3 Rios, Pontes e Overdrives: os caminhos da colonização..... 58

3.3.1 Os rios: Pancas, São José e São Mateus e seus afluentes..... 61

3.3.2 Estrada de Ferro Norte Colatina – São Mateus e a Ponte Florentino Avidos..... 66

3.3.3 As Estradas de Rodagem..... 67

Capítulo 04 – O MOVIMENTO DE DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO..... 71

4.1 Do território como abrigo ao território como recurso..... 79

Capítulo 05 – TRANSFORMAÇÕES NO TERRITÓRIO E AS NOVAS APROPRIAÇÕES DE TERRAS..... 82

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 85

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 86

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de estudos e atividades realizados desde os primeiros períodos do curso de Geografia, iniciado no ano de 2007, até o presente momento. Considera-se, então, que não está totalmente acabado, mas que se apresenta como uma sistematização de um conhecimento produzido até o momento. Continuaremos a pesquisa na Universidade Federal do Espírito Santo, por meio do curso de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo – FAPES.

Envolvido pela questão agrária, este conhecimento vem sendo construído tanto na sala de aula, quanto nas atividades de campo que, por ora, foram realizadas por disciplinas específicas e/ou por trabalhos de campo, principalmente a partir do Observatório dos Conflitos no Campo – OCCA[1] e pelo Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Agroecologia- NEPEA[2].

Diante disso, o trabalho procurou compreender a origem da atual estrutura fundiária no Noroeste do Espírito Santo e o processo pelo qual ela foi se consolidando a partir da década de 1920, quando o olhar e o discurso colonizador foram direcionados àquela área, cujas terras eram consideradas devolutas.

No primeiro capítulo, tratamos as abordagens teóricas-metodológicas que guiaram a pesquisa, ao mostrar os referenciais conceituais e os caminhos da pesquisa com base nos referenciais metodológicos.

---

[1] O Observatório dos Conflitos no Campo é um projeto interdisciplinar de pesquisa e extensão vinculado ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). É formado por estudantes e professores, no intuito de compreender as questões do campo a partir de uma maior aproximação com os movimentos sociais.

[2] O Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Agroecologia é formado por professores e estudantes da UFES, tendo como objetivo estabelecer processos de ensino, pesquisa e extensão a partir dos princípios da agroecologia e da agricultura familiar camponesa. Para além de pensar e atuar sobre e para o mundo rural, o núcleo desenvolve atividades que têm como enfoque a relação rural-urbano, de forma a repensar e aproximar os processos de produção e consumo.

No segundo capítulo, procuramos trazer as motivações e os elementos propulsores da colonização. Para isso, levantaram-se alguns materiais e bibliografias que trazem um discurso carregado de intencionalidades, formados antes mesmo do início da colonização, e que se mantém até os dias de hoje. Analisamos, também, um conceito de grande importância que são as fronteiras, pois nelas se encontram histórias e geografias durante todo processo.

No terceiro capítulo, investigamos um mercado de terras emergente, imbricado nesta política colonizadora, principalmente a partir da criação da Companhia Territorial. Para isso, estudamos o seu funcionamento, sua legitimidade na apropriação de terras devolutas, bem como os caminhos por ela direcionados.

No quarto capítulo, relacionamos o processo de colonização com o movimento de des-re-territorialização, proposto por Haesbaert (2004), a partir das movimentações de diferentes povos que ali habitavam ou que para lá se direcionaram. Dessa forma, trabalharemos também com a noção de *território como recurso* e *território como abrigo,* proposta por Milton Santos (2000), numa perspectiva dialética e contraditória.

No quinto e último capítulo, veremos algumas conclusões a partir das novas formas de apropriação de territórios no Espírito Santo, que se transformariam em nível nacional, estadual, mas também territorial, admitindo continuidades e rupturas por parte dos povos que se estabeleceram no Noroeste deste estado.
Espero que, ao final, possamos compreender a finalidade deste estudo, principalmente no que se refere à contribuição da Geografia para a sociedade e da sociedade para a Geografia, sobretudo, no que se refere à questão agrária.

Capítulo 01 – REFLEXÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Para estabelecer um caminho de reflexão, dedicamos este capítulo às questões de ordem teórica e metodológica e, dessa forma, indicar os referenciais conceituais utilizados no trabalho, bem como os caminhos da pesquisa referente aos recursos metodológicos.

1.1 Referenciais Conceituais

Para entender um território fortemente marcado pelo pasto e pelo café, foi necessário que entendêssemos como se deu a sua transformação. Da mata ao café/pasto foi um processo carregado de intencionalidades, iniciado na década de 1920. Portanto, estudarmos a colonização no noroeste é importante para entendermos o processo histórico de formação do território atual.

Para Santos e Silveira (2001) o território é entendido pelo seu uso e apropriação. Portanto, *o território, em si mesmo, não constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico como tema das ciências sociais, isto é, como questão histórica. A categoria de análise é o território utilizado.*

Haesbaert (1997) e Saquet (2007) apontam as distintas abordagens e concepções do conceito de território, entre elas:

> a) A jurídico-política, majoritária, inclusive no âmbito da Geografia, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal (...);
> b) A cultural (ista), que prioriza sua dimensão simbólica e mais subjetiva, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço (...);
> c) A econômica, minoritária, que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, concreta, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho. (HAESBAERT, 1997, p. 39 e 40).

Nesse sentido, Haesbaert (1997) aponta as diferentes perspectivas do termo e do uso do território e que, portanto, nenhuma concepção unidimensional de

território capta a complexidade das relações espaciais, por isso ele deve ser considerado em todas as suas dimensões (material e ideal/simbólica):

> (...) o território deve ser visto na perspectiva não apenas de um *domínio* ou controle politicamente estruturado, mas também de uma *apropriação* que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva (HAESBAERT, 1997, p. 41).

Ao analisarmos os diferentes olhares sobre o território, percebe-se que há uma disputa que está associada à forma na qual os sujeitos se apropriam do mesmo. Por um lado, uma lógica de apropriação capitalista a partir de uma especialização produtiva que, segundo Milton Santos (2000), enxerga o "território como recurso"; e por outro lado, por sujeitos que enxergam o "território como abrigo" e por isso se enriquecem de relações que não são contabilizadas pelo capital.

Acontece que durante a política de colonização, a visão do território como abrigo desaparece para uns e reaparece para os outros, não caracterizando uma dualidade. Território como recurso e território como abrigo estão compreendido em um mesmo movimento, contraditórios entre si, conforme veremos no capítulo quatro.

Um projeto de colonização tem finalidade de conquistar algum território. Para Robert de Moraes (2000), *qualquer colônia é o resultado da conquista territorial. Ela é um espaço novo na perspectiva do colonizador*. Portanto:

> (...) uma determinação básica da colônia é a conquista, entendida como relação específica entre uma sociedade que se expande e as pessoas, recursos e áreas dos lugares onde se exercita essa expansão. A violência e a expropriação são, portanto, dados irredutíveis do processo colonial, variando em grau mas sempre presentes em suas manifestações. Colonização implica assim, estruturalmente, uma hierarquia entre sociedades e entre lugares (ROBERT DE MORAES, 2000, p. 264 e 265).

O conceito de fronteira neste trabalho torna-se, então, fundamental, principalmente no sentido de compreender o processo de colonização do Noroeste a partir de um movimento de territorialização. Mas, para isso,

devemos pensar essa fronteira de forma fluída e menos cartesiana, pois estamos considerando sujeitos sociais presentes e ativos neste processo, os quais possuem relações sociais diversas com seu território.

> Observemos que fronteira deriva de **front**, expressão do campo militar que significa um espaço que ainda está sendo objeto de luta nos limites espaciais de duas forças em confronto aberto por afirmar seu controle. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.269).

Na fronteira também está concebida uma situação de conflito social, uma zona de tensionamentos. Antes de defini-la, existe uma disputa de forças, de olhares diferentes, de historicidades distintas sobre aquele território, portanto, ela não é algo solidificado e imutável.

O conflito é um elemento característico da disputa territorial e, neste caso, a definição de uma fronteira que pode ser uma *fronteira étnica, de destino, de historicidades desencontradas, de tempos que não fluem simultaneamente na mesma direção* (MARTINS, 1997, p.119).

> O conflito faz com que a fronteira seja essencialmente a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo (...). O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada grupo está situado diversamente no tempo (MARTINS, 1997, p. 151).

Analisando esta disputa nos fronts do Noroeste, é necessário afirmar que aquelas matas já estavam habitadas por grupos indígenas e que, portanto, não era uma “região de vazio demográfico”. Eram territórios, espaços apropriados para a reprodução da existência material, simbólica e afetiva.

Os indígenas ocuparam historicamente àquela área, mas é sabido que habitavam por ali também os negros refugiados, caboclos oriundos da mestiçagem, posseiros vindos de Minas Gerais e da Bahia em menor parte. Por isso, são sujeitos com temporalidades históricas distintas que se deparam em um certo espaço-temporal com colonos advindos desse processo de colonização implantado pelo Estado.

> Quando este conjunto de forças organizacionais procura instalar-se nos territórios muitas vezes considerado “vazio” para reforçar a necessidade de eliminar o “velho” para dar lugar ao “novo”, acirram-se tensões territoriais. (ANTOGIOVANNI, 2006, p. 15).

A questão da fronteira envolve disputas entre aqueles que ali já habitavam, entre estes e os novos sujeitos que para ali se direcionavam, e também na resistência desses sujeitos em relação ao Estado e seus agentes de colonização. Para esta análise, temos um desequilíbrio de informações, justamente pelo fato de que a política de colonização escondia ou minimizava a presença de nativos naquela área, ocultando o processo de expropriação e violência que a direcionou. Conforme nos aponta Martins (1997), *as orientações e atuações de grandes proprietários de terras, legais ou não, e o Estado, estão documentadas em material escrito de mais fácil acesso ao pesquisador*. São elas as versões oficiais e hegemônicas dos processos geográficos e históricos, e é a partir desses documentos que nos deparamos com as estratégias dominantes de apropriação de um território. Levar em consideração apenas essas versões oficiais, é característica de uma visão positivista, que privilegia as fontes escritas em detrimento das histórias orais. E o problema maior é que esses documentos silenciam e invisibilizam outros sujeitos envolvidos.

Por outro lado, poucos são os documentos e materiais que dão vozes aos sujeitos subalternos dessa política colonizadora, dentre eles os indígenas, caboclos, quilombolas[3] e posseiros. Incluiria também o próprio colono que adquiriu um lote no processo de colonização, pois o mesmo em vários momentos não encontrou facilidade ou proveito dessa sua condição. Portanto, pouco há sobre os dramas e tragédias desses sujeitos, o que nos mostra a necessidade de aproximação com os mesmos, para trazer elementos que completam, enriquecem, fortalecem e dão mais fundamento a nossa análise.

Diante disso, existem alguns casos referentes à definição e expansão das fronteiras por parte dos colonizadores que separamos metodologicamente no sentido de facilitar a análise, mas sabendo que tanto a definição quanto a

[3] Entende-se como quilombola um sujeito autoconhecido dentro de um contexto histórico e geográfico e, portanto, um sujeito de direitos.

expansão da fronteira caminharam juntas durante esta política de colonização. É sempre importante ressaltar o caráter fluído da fronteira que estamos estudando, pois a disputa territorial nos fronts requer que considere o “outro lado” da fronteira, formado pelos grupos já habitados naquele território. A fronteira só é definida na disputa territorial entre os que avançam e colonizam e os que habitam e resistem.

1.2 Os Caminhos da Pesquisa: reflexões metodológicas

Como metodologia, recorremos à pesquisa de fontes primárias, dentre elas as leis agrárias, as mensagens dos governadores, escritura de terras, fotografias, etc. Sendo estas pesquisadas no Arquivo Público do Espírito Santo - APES, no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo - IHGES, no Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN, no Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo – IDAF e na Biblioteca Pública de Colatina. Estes órgãos trouxeram elementos e materiais que estão apresentados neste trabalho.

Pesquisamos também bibliografias de autores que, de certa forma, contribuíram com estudos relacionados a esta temática, tanto a nível nacional quanto a nível estadual. Tais autores contribuíram com o debate a partir das abordagens teórico-conceituais, regionais e também relacionadas à questão agrária brasileira e capixaba.

As leis agrárias também foram objetos de estudos, pois entendemos que elas traçam um perfil de atuação do Estado, sendo um elemento regulador e normatizador de questões referentes ao meio rural. Pode nos revelar também as relações que o Estado estabelece com setores privados da economia, e evidenciar privilégios ou descontentamento por parte deste setor.

Além do levantamento bibliográfico e de fontes primárias, outro processo de grande importância neste trabalho foram as atividades de campo, realizadas no município de Colatina, Águia Branca, Barra de São Francisco e São Gabriel da Palha. Esta última, com dois roteiros fundamentais para o trabalho: o primeiro

foi a estadia de uma semana no CEFFA do Bley, onde buscamos materiais referente ao público-alvo atendido pela escola, além do diálogo com pessoas envolvidas na instituição de ensino (direção, monitores e estudantes); e o segundo, com o roteiro do caminho percorrido por migrantes desde a Lagoa Juparanã até o município de São Gabriel da Palha. Estas atividades permitiram o diálogo entre os sujeitos que vivenciam e/ou cujos pais/avós vivenciaram a questão aqui colocada, trazendo elementos que poucas bibliografias trataram, sob olhares muitas vezes desconsiderados.

Destaca-se aqui a importância do trabalho de campo para entender a dinâmica territorial a partir de diálogos e interlocuções com os sujeitos e lugares envolvidos. Isso requer certo rompimento com uma racionalidade conduzida por atores hegemônicos, e fazer um estudo de forma endógena, na tentativa de unir o conhecimento geográfico ao conhecimento popular.

Diante disso, a história oral é um dos recursos metodológicos utilizados neste trabalho. É um recurso metodológico que, segundo FREITAS (2006), *possibilita reflexões sobre o registro dos fatos na voz dos próprios protagonistas.* Para esta autora:

> A História Oral possibilita novas versões da História ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores. Este tipo de projeto propicia sobretudo fazer da História uma atividade mais democrática, a cargo das próprias comunidades, já que permite produzir história a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período, através de suas referências e também do seu imaginário. O método da História Oral possibilita o registro das reminiscências das memórias individuais, a reinterpretação do passado, enfim, uma história alternativa à história oficial (FREITAS, 2006, p. 53).

Nesse sentido, os levantamentos de arquivos históricos e bibliográficos, assim como as histórias orais trazem sujeitos, ações e objetos, naturais e/ou artificiais, que nos desafiam a enxergar os processos espaciais, a partir dos rios, pontes, estradas e atores sociais envolvidos (camponeses, Estado e mercado). E, assim, assinalam-nos para a não separação do tempo-espaço que, no dizer de Milton Santos (2008), permite a *reconstrução da geografia do*

passado, pois (...) pretende retraçar o passado, mas ela o faz assentada no presente.

Trata-se, então, de um método de pesquisa no campo da Geografia Histórica, com intuito de compreender os processos históricos através da produção do espaço geográfico. Nesse caminho, Antônio Carlos Robert de Moraes (2000) propõe a *espacialidade como dimensão particularizadora da história,* a partir da sua *leitura geográfica da história brasileira*. Para este autor, é um campo teórico-metodológico fértil para estudos geográfico, pois permite:

> (...) esclarecer algumas questões teóricas oriundas de discussões metodológicas praticadas na investigação geográfica. O objetivo maior perseguido é fortalecer e sedimentar uma perspectiva histórico-dialética nesse campo de pesquisa, que aponta para o entendimento da geografia como uma modalidade de abordagem histórica, dedicada à análise dos processos sociais de formação dos territórios. Isto é, a visão da geografia humana como uma história territorial (ROBERT DE MORAES, 2000, p. 21).

Pires (2009) reafirma esta perspectiva ao apontar que a história contribui aos estudos geográficos, ao mesmo tempo em que o meio geográfico se torna um elemento importante aos estudos históricos:

> A geografia utiliza-se da história para poder compreender, em tempos passados, a construção do espaço, pois este, (...) é o resultado da construção mútua dos diferentes períodos históricos. Contudo, estudar o meio geográfico também é uma condição imprescindível para o conhecimento histórico. (PIRES, 2009, p.02).

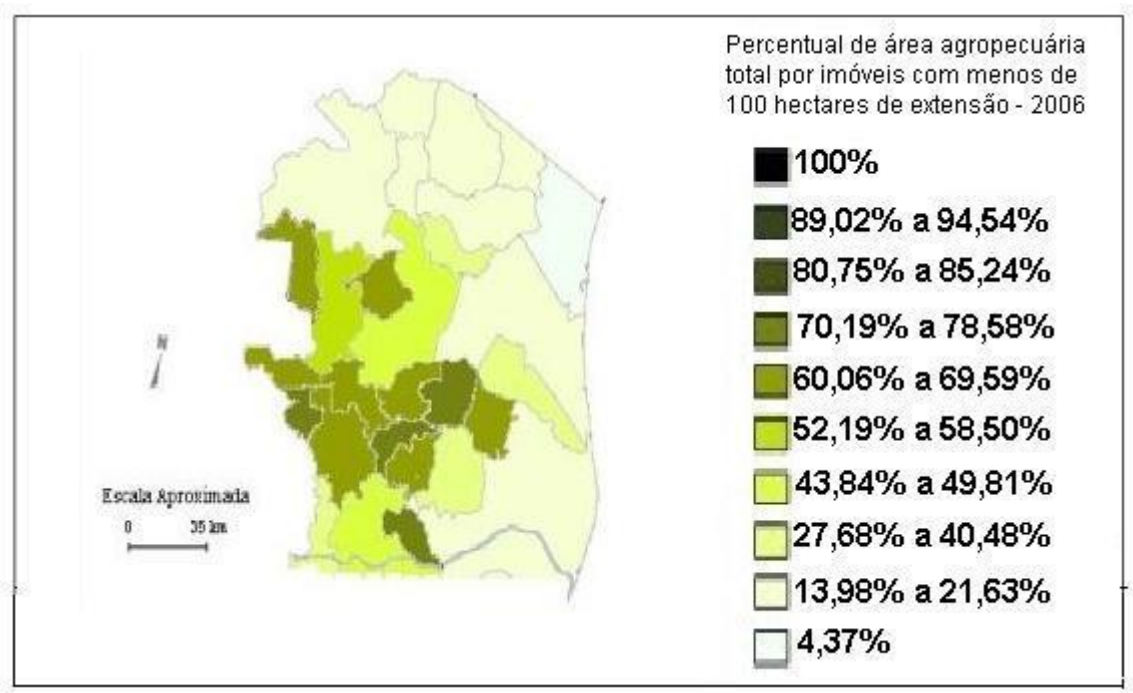
Vale destacar que nessa perspectiva não podemos tomar a história enquanto uma linha evolutiva, pois devemos contemplar as rupturas e suas possibilidades que foram e são concretizáveis no espaço e no território, e que mudam o curso programado da história. Portanto, não consideramos a história enquanto uma sequência linear e evolutiva.

Assim, indicamos os caminhos traçados nesta pesquisa, com intuito de situar o leitor sobre as questões de cunho teórico-metodológicas e, assim, facilitar a leitura nos próximos capítulos que se segue.

Capítulo 02 - PROCESSO DE COLONIZAÇÃO E O MOVIMENTO DE TERRITORIALIZAÇÃO

Para melhor entendermos o recorte espacial o qual estudaremos, fez-se necessário que entendêssemos também o processo histórico de sua colonização, uma vez que se aponta uma grande presença de pequenas propriedades, característica da agricultura familiar camponesa, com um povoamento de fins colonizador datada na década de 1920.

MAPA 01 – Percentual de imóveis com menos de 100 hectares no norte do Espírito Santo, 2006.

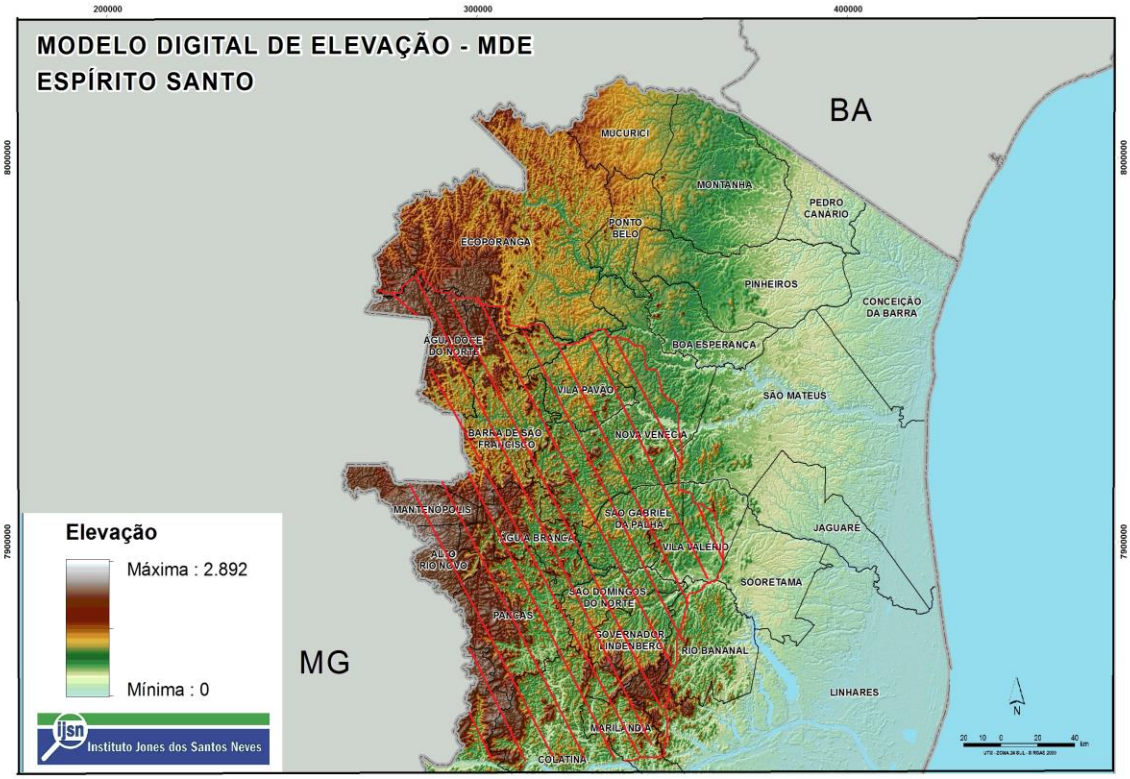


Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Elaborado por Jaime Bernardo Neto, 2012. Readaptado pelo autor

Consideremos este mapa como indicador de pequenas e médias propriedades. Ao analisá-lo, podemos perceber que nos municípios do noroeste, entre 52 a 80% de sua área são propriedades de até 100 hectares. Entre esses municípios estão: Água Doce do Norte, Barra de São Francisco, Águia Branca, São Gabriel da Palha, Vila Valério, Mantenópolis, Pancas, São Domingos do Norte. Verifica-se também que as áreas de tabuleiros terciários, planas e mais próximas à costa litorânea, há menores predominâncias de pequenas e médias propriedades. No próximo mapa, observaremos que a área destinada à

colonização é de relevo montanhoso, diferentemente do litoral capixaba caracterizada pelas planícies litorâneas.

MAPA 02 – Mapa de Elevação do Espírito Santo, com destaque à Região Noroeste estudada.



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves, 2011.

O Governo do Estado do Espírito Santo incentivou a disseminação de pequenas propriedades por parte do Estado, mas esta se deu de forma seletiva, uma vez que negros libertos, indígenas e caboclos estavam excluídos desse processo, por maneiras diversas[4]. Esse incentivo teve início no primeiro ciclo de imigração estrangeira, iniciado em 1813 no atual município de Viana, e se expandindo através dos rios Jucu, Santa Maria e Itapemirim. Mas é a partir da década de 1870 que este primeiro ciclo de imigração estrangeira ganha força no Espírito Santo, principalmente com o grande contingente de italianos

[4] "Os critérios de inclusão e exclusão social eram, nesse momento, claramente de cunho étnico-racial, o que teve peso significativo na formação na composição das classes sociais" (BERNARDO NETO, 2012, p. 101).

que chegam em terras capixabas. No final do século XIX, a imigração praticamente paralisa, sendo a queda na cotação do café no mercado internacional o fator principal para os governantes largarem esse incentivo. Esse primeiro ciclo teve o Centro-Sul do estado como palco da colonização.

O incentivo à disseminação de pequenas propriedades retornou na década de 1920, sobretudo com a criação da Companhia Territorial, que concedia terras com fins de loteamento, em terras ao norte do rio Doce partindo de Colatina, nas quais destacamos neste trabalho como o Noroeste do Espírito Santo.

Dessa forma, o próprio Estado viu nos incentivos à disseminação de pequenas propriedades uma forma barata e prática de expansão das fronteiras coloniais, e o acesso às terras em geral foi-lhes facilitado e nem sempre ocorreu por meio de compra (SALLETO, 1996).

O termo Noroeste é usado neste trabalho apenas para fins de localização, não seguindo, portanto, a Divisão Regional do Espírito Santo, pois esta abrange municípios que não foram estudados a fundo neste trabalho, ou que não estão compreendidos na microrregião Noroeste, estabelecida pelo IJSN. Além do mais, a divisão regional e os municípios hoje estabelecidos ainda não se faziam presentes naquele momento histórico.

A seguir, podemos observar o mapa do Espírito Santo em 1912, no qual ainda não consta o traçado do limite político-administrativo entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, mas apenas um esboço do traçado entre o Espírito Santo e Bahia. A rede hidrográfica era a principal via de entrada, havendo poucas estradas direcionadas ao Noroeste do Espírito Santo. Podemos observar, ainda, Colatina e Nova Venécia, localizações já presentes no contexto ora apresentado.

MAPA 03 – Espírito Santo em 1912

Fonte: Mapa escaneado, sem fonte. Disponível no Observatório dos Conflitos no Campo (UFES)

A tabela abaixo mostra o desmembramento de municípios no Espírito Santo, seguindo a ordem de origem com base nas cores. Por exemplo: São Mateus originou o município de Barra de São Francisco que, por sua vez, deu origem a mais quatro municípios (Mantenópolis, Ecoporanga, Água Doce do Norte e Águia Branca); Colatina deu origem a seis municípios, dentre eles Pancas e São Gabriel da Palha, dos quais também se desmembraram Alto Rio Novo e Vila Valério, respectivamente.

TABELA 01 – Desmembramento de Municípios no Espírito Santo

Município	Ano
São Mateus	1764
Barra de São Francisco	1943
Mantenópolis	1953
Ecoporanga	1955
Água Doce do Norte	1989
Águia Branca	1989
Nova Venécia	1953
Boa Esperança	1963
Vila Pavão	1993
Jaguaré	1981
Linhares	1800
Colatina	1921
Baixo Guandu	1935
Pancas	1963
Alto Rio Novo	1988
São Gabriel da Palha	1963
Vila Valério	1994
Marilândia	1980
São Domingos do Norte	1988
Governador Lindemberg	2000

Fonte: Organizado pelo autor

Ao tentar entender como se deu esta colonização, levamos em consideração os meios naturais e técnicos, os diversos caminhos percorridos por quem chegou e por quem ali estivera antes que a política de colonização fosse direcionada àquela região.

Dentre os meios técnicos, as leis agrárias são de extrema importância, pois elas direcionam, permitem ou proíbem, isto é, normatizam as questões

referentes às terras no Espírito Santo. A começar pela Lei de Terras, criada em 1850, dispondo sobre as terras devolutas do Império. Em seu primeiro artigo, ela determina *Ficam prohibidas as acquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra* (BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850). A escravidão foi "abolida" 38 anos mais tarde, portanto, os negros libertos já não mais conseguiriam adquirir um pedaço de terra por meio da posse de terras devolutas, assim como outros grupos, entre eles os indígenas, caboclos e posseiros e gerais.

> **Art. 2º:** Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nelas derribarem mattos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemfeitorias, e de mais soffrerão a pena de dous a seis mezes do prisão e multa de 100$, além da satisfação do damno causado. Esta pena, porém, não terá logar nos actos possessórios entre heréos confinantes (BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850).

Para José de Souza Martins (2012) essa lei:

> (...) configurou o moderno direito de propriedade no Brasil. Tinha por objetivo criar dificuldade ao livre acesso à terra, no mesmo momento em que a cessação do tráfico negreiro e a substituição dos escravos por trabalhadores livres punha em risco a agricultura de exportação por falta de mão de obra. Forçava uma escassez artificial de terra, que só poderia ser obtida mediante compra, mesmo ao Estado (Martins, 2012, s/p)[5].

Outros autores inserem a política de branqueamento da população também sendo relacional a esta Lei de Terras, devido à concentração de negros que havia na região Centro-Sul do país, bem como o receio às revoltas e revoluções e suas potencialidades, compartilhadas por negros em outros países, dentre eles o Haiti[6].

Outra lei importante é a 1.711 de 1929, pois definiu as terras devolutas transferidas para competência do Estado após a Proclamação da República, além de direcionar a venda e concessões de pequena e média propriedade no Espírito Santo, e de concessões para firmas, associações ou sociedades, como veremos adiante.

---

[5] Artigo publicado em Folha de São Paulo em 03 de junho de 2012. Acessado em: 19/03/2013

[6] Ver: AZEVEDO, Célia M.M.. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – séc. XIX. 2005.

Temos que considerar, também, a lógica política e econômica pela qual direcionou os caminhos a serem percorridos, os mecanismos e estratégias criadas e o elemento-chave de sua produção. Essa lógica sustentou e ainda sustenta o controle exercido por atores hegemônicos naquela área.

Contudo, não há como conceber a política de colonização sem a política de aumento da produção do café. Junto com a necessidade do Estado em garantir seu território político-administrativo, uma classe dominante capixaba garantiu também um retorno econômico. Concentrada na classe de comerciantes, essa classe buscou a lucratividade a partir dos excedentes da produção, principalmente da produção cafeeira, colocando o camponês numa posição de dependência:

> Com poucos recursos, sem acesso ao crédito bancário, o pequeno produtor era envolvido numa relação que o colocava na dependência do comerciante. Desse modo, o vendeiro gozava de um verdadeiro monopólio sobre seus clientes, que frequentemente incluía toda uma localidade e até, em certos casos, municípios inteiros (...) Essa era a forma pela qual o capital comercial apropriava-se do excedente produzido pelo trabalho familiar.
> As maiores vendas tinham relações diretas com os importadores e exportadores, porém a maioria ligava-se a comerciantes dos centros mais importantes do interior, que eram simultaneamente varejistas e atacadistas e se relacionavam, por sua vez, com as grandes casas exportadoras e importadoras de Vitória ou Rio de Janeiro.
> Esse sistema permitiu a acumulação de um capital mercantil local, que se apresentava em vários níveis; das pequenas vendas, com algumas dezenas de clientes, passando pelas casas comerciais de porte médio dos centros mais importantes do interior e de Vitória, chegando até a constituição de casas exportadoras e importadoras (...) (SALETTO, 1996, p. 42 e 43).

Outro elemento importante neste trabalho foi a análise de discurso, especialmente do discurso colonizador, que sustentou o processo da colonização e as futuras obras de autores que tratam àquela região.

2.1 Olhar Colonizador, Discurso Colonizador: a riqueza por detrás do "vazio".

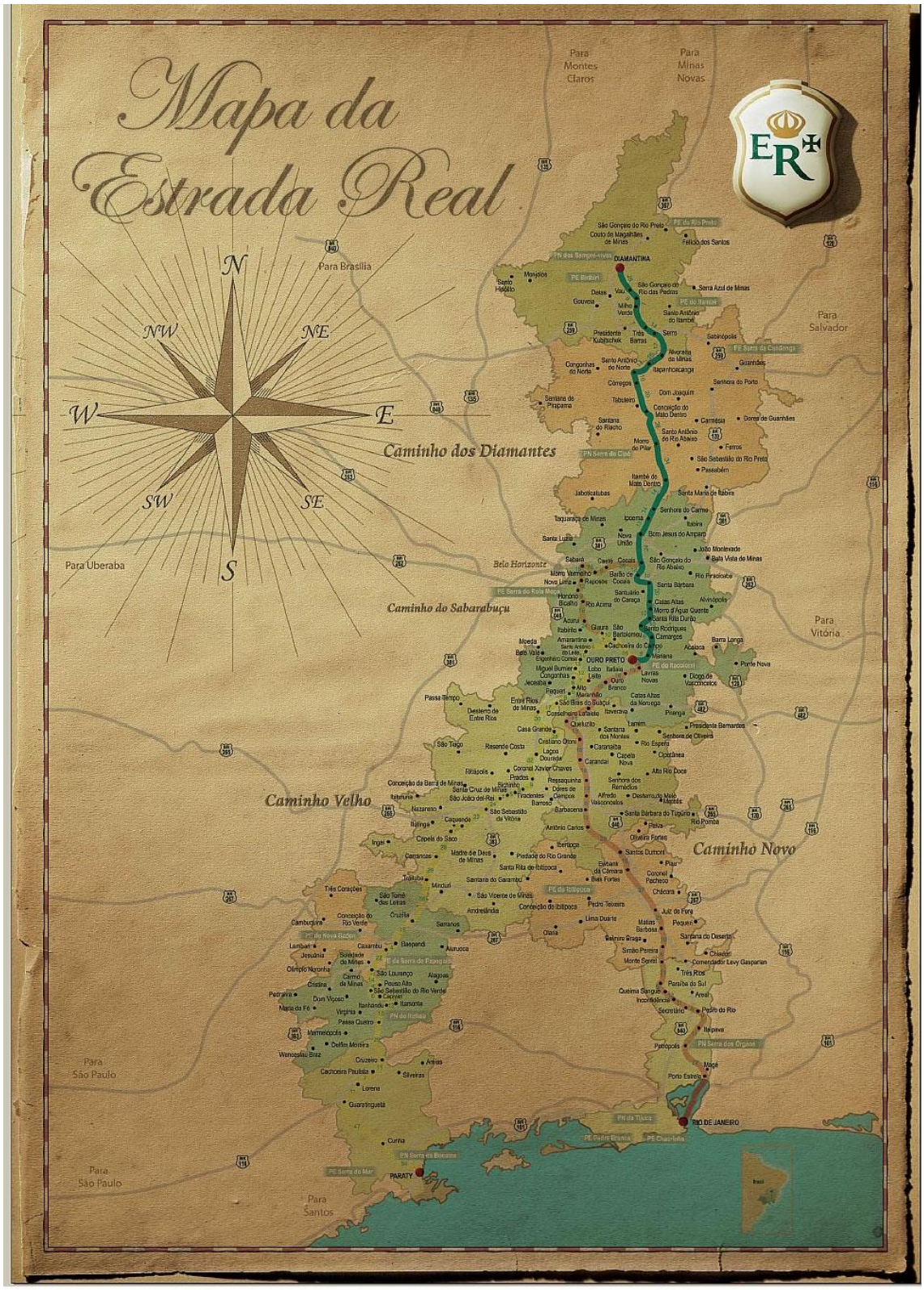
A região que compreende o norte do Espírito Santo, leste de Minas Gerais e sul da Bahia, desde a exploração de metais preciosos em territórios mineiros, praticada por quase todo século XVIII, estava sujeita ao "esquecimento" por

parte dos colonizadores. Esse “esquecimento” foi e ainda é associado à questão da Barreira Verde, entendida por alguns estudiosos como um período que justificaria um “atraso” no desenvolvimento do Espírito Santo. Tal compreensão é vista com certa cautela, pois não se pode negligenciar também a presença de diversos grupos étnicos, ocupantes tradicionais daquele território, que já resistiam ao processo de colonização no Espírito Santo e que promovem rupturas aos projetos e ideias coloniais.

Havia um conjunto de intenções por detrás desse “esquecimento”, a fim de evitar o contrabando dos metais preciosos, uma vez que o Rio de Janeiro deveria ser o exportador exclusivo desses metais. Como estratégia de fiscalização, a Coroa Portuguesa resolveu proibir a abertura de estradas e a fundação de vilas ou aldeias no litoral que compreendia todo o Espírito Santo e o sul da Bahia, além de instalar quartéis ao longo do rio Doce. *A ideia era mantê-la intransponível aos habitantes das terras colonizadas por meio da preservação das matas e dos resistentes indígenas do tronco-linguístico Jê que a habitavam* (BERNARDO NETO, 2012, p. 123).

A única estrada legal de escoamento dos metais preciosos era a Estrada Real, que ligava Diamantina ao Rio de Janeiro, conforme o mapa a seguir. Dessa forma, se tornava mais fácil e possível fiscalizar a produção aurífera impedindo o contato entre minas e o litoral capixaba e sul baiano.

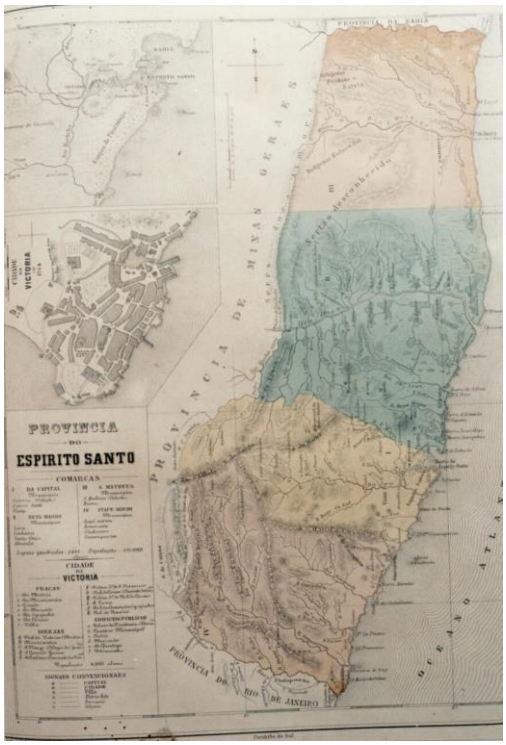
MAPA 04 – Estrada Real



Fonte: retirado de <http://www.institutoestradareal.com.br/estrada-real/caminhos>. Acesso em: 20.06.2013

No mapa do Espírito Santo provincial, datado de 1764 é identificada a presença de indígenas botocudos na região. Neste caso, os próprios colonizadores já estavam cientes de que a região era ocupada por outros povos, mas que para eles eram mais uma “barreira” a ser vencida. Vale lembrar que o mapa, naquela época, era ferramenta própria e apropriada pelo colonizador, no sentido de controlar a região mapeada. O mapa a seguir se refere a província do Espírito Santo, com destaque ao norte do rio Doce, no qual constam os termos “Sertão Desconhecido” e “Indígenas Botocudos”.

MAPA 05 – Província do Espírito Santo, em 1764.



Mapa Espírito Santo Província, 1764.

O Estado do Espírito Santo passou por um processo de colonização ao noroeste somente após a década de 1920, sobretudo após a mudança da política de guerra aos indígenas pela política de aldeamento iniciada ainda em meados do século XIX, e que facilitou a penetração de migrantes na região. Segundo Moraes (2004) *em 1920, o sul apresentava o índice de 17,7 hab./km² enquanto o norte mal atingia 0,72 hab./km².* Isso não quer dizer que ninguém havia ido àquela região, ou que não existisse vida por lá. Mais uma vez é bom lembrar que existiram diversas etnias naquele território, como indígenas, quilombos e muitos posseiros, e é sabido que estavam exclusos de vários serviços do Estado, inclusive do censo demográfico, que desconsiderava o que se situava fora da fronteira.

A colonização, neste momento, também estava carregada de intencionalidades por parte de uma classe dominante capixaba, que via a oportunidade de explorar os recursos e os povos daquele território. Por isso, termos como "região estagnada e vazia" permeavam aquele momento e se sustentam até hoje em alguns materiais bibliográficos levantados neste trabalho.

Moraes (2004), ao se tratar da região norte, diz que: o *norte, com os seus peneplanos e rios navegáveis, ficou vazio por quatro séculos.* Assim como ele, outros autores também viram a questão com uma leitura semelhante. Vejamos sobre o "Isolamento do norte do Espírito Santo", analisado pelos autores Borgo, Rosa e Pacheco (1996):

> O isolamento geográfico de uma determinada região, em geral, ocorre em virtude de certos obstáculos na superfície terrestre, como desertos e montanhas. No caso do norte do ES (...) tal isolamento decorreu da falta de estradas e meios de comunicação que a ligassem ao resto do Estado e do país, circunstância que se fez presente até meados do século XX.
> Assim, a grande barreira a vencer (...) foi a ausência de estradas e meios de comunicação.
> Limitado às vias fluviais o acesso ao interior, só muito mais tarde se abriram as primeiras picadas que serviram de base para as futuras estradas de ferro e de rodagem, que permitiram tirar a região da estagnação em que se encontrava. (BORGO; ROSA; PACHECO, 1996, p. 91).

Percebe-se aqui o discurso colonizador, que vê o lugar “isolado” como lugar a ser colonizado. “Região estagnada” e “vazio demográfico” são termos que foram declarados e ainda são reproduzidos em alguns trabalhos como os acima citados. Desprezam-se, assim, as vidas que já habitavam aqueles territórios, e que sempre existiram, mesmo antes desse olhar colonizador, pois não eram de interesses político-econômicos da época, pelo contrário, para os colonizadores eram vistos como as “barreiras” a serem vencidas. Salientam dizendo que *não há evidências de outros grupos culturais que tenham colonizado a região (BORGO; ROSA; PACHECO, 1996, p. 74 e 75).* Esta leitura projeta uma invisibilização dos povos e de suas territorialidades.

Porém, em outras bibliografias é identificado povos e seus territórios. Willian Steains, viajante de grande importância para o desbravamento daquelas matas, subiu todo o rio São José, afluente do rio Doce, durante um mês do ano de 1885. Esse viajante, com o objetivo de descrever o local para uma possível colonização, também contribuiu para associar os indígenas do norte do rio Doce como indivíduos bestiais, atrasados e violentos. Vejamos o que descreve no relatório de sua viagem, em texto traduzido por NEVES (1984):

> Para que se possa explorar o vale do rio Doce, esses índios, que totalizam, eu diria, cerca de 7.000 indivíduos, precisam antes ser civilizados, ou pelo menos trazidos a um estado parcial de civilização. Os botocudos têm resistido tenazmente a todas as tentativas de civilização feitas nos últimos 380 anos, mas acredito firmemente que uma expedição bem organizada possa realizar essa tarefa em espaço de tempo relativamente curto. Daí adviria enormes benefícios: as margens do rio Doce poderiam ser não digo colonizadas, mas povoadas, e o Brasil teria aberta e em condições de prosperidade uma das mais ricas regiões de seu vasto império (NEVES, 1984, p. 106)[7].

Em uma matéria especial sobre o município de Colatina, conta-se a existência de outras tribos para além dos Botocudos. Vejamos:

> Vários depoimentos dão conta ainda de outras tribos, com as quais os Botocudos estavam constantemente em guerra: Malalis, Cumanachos, Maconis, Machacalis, Patachós, Capuchos, Panhames e outros.
> Os brancos que começaram a chegar no novo território deram o nome de Botocudos a índios de várias tribos, como Crenaques, Nac-

[7] Tradução do relatório de viagem de Willian Steains por Reinaldo Santos Neves.

> Nuc, Minia-Jiruna, Guteraques, Nac-requés, Incutrás. Depois que lhes observaram características comuns como o uso de botoque no lábio interior (...) (A Gazeta, 1982, p.2).

Embora termos como “vazio demográfico” tenham sido utilizados para justificar a colonização, todavia não foi uma particularidade da história e geografia capixaba. Conforme Moreira (2001), trata-se de uma verdadeira ideologia construída e desenvolvida com a expansão colonial européia a partir do século XV, amplamente utilizada pelos impérios e posteriormente pelos Estados Nacionais. E assim, escondiam as violentas formas de colonização e conquistas por parte dos colonizadores.

> É um grande equívoco definir o território do Espírito Santo durante o século XIX como um enorme “vazio demográfico”, totalmente disponível à ação colonizadora e aos novos imigrantes. Ao contrário, no início do século XIX, a região possuía expressiva população indígena para os padrões da época. Existiam, na capitania, não apenas os chamados “índios bravos” ou “tapuias”, representantes das tribos puri, coroado, botocudo e outras, mas também os denominados “índios mansos”, “domesticados” ou “civilizados”, isto é, aqueles que pertencentes às tribos tupiniquim e termiminó, que, desde os tempos das missões jesuíticas (1551-1760), estavam semi-integrados à modesta vida social luso brasileira (MOREIRA, 2001, p. 100).

Imagem 01 – Indígenas Botocudos do Rio Doce. Local: Barra do rio Pancas, entre Colatina e Barbados, em 1909.

Fotografia de Walter Garber. Fonte: Arquivo Público/ES.

Imagem 02 – Indígenas Botocudos

Fonte: A Gazeta, 1982.

Antes da efetiva colonização do noroeste do Estado no início da década de 1920, encontraram-se registros de três tentativas. Uma em 1857 pelo engenheiro Nicolau Rodrigues dos Santos França, logo após a promulgação da Lei de Terras; outra em 1876, via São Mateus pela família Cunha; e outra tentativa de uma companhia francesa no ano de 1914, via Colatina/Pancas, mas que não tiveram muitos sucessos. Vejamos sobre a primeira tentativa:

> A primeira tentativa (via rio Doce) de colonização foi organizada em 1857, quando o engenheiro Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite, um dos fundadores da Sociedade contra o Tráfego e Promotora da Colonização dos Indígenas, demarcou uma área de cerca de 30 quilômetros pela margem esquerda do rio Doce, entre as barras do rio Pancas e São João.
> (...) o que atrapalhou o sonho dos colonos, de se transformarem em grandes produtores foram os botocudos, que atacavam as fazendas constantemente (A GAZETA, 1997, p. 20 e 21).

Dessa forma, observamos que o mesmo tentava colonizar tanto o território quanto os povos indígenas, já que os mesmos mostravam-se resistentes nesse processo.

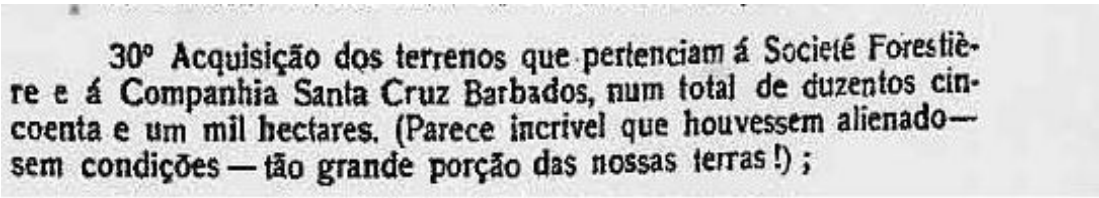
Quanto à segunda tentativa, que obteve maior sucesso, iniciou-se com Antônio Rodrigues da Cunha, conhecido como Barão de Aimorés, subindo o braço sul do Rio São Mateus. Sua mãe, Rita Maria Cunha da Conceição era propriedade da fazenda Linharinho em 1867, da qual hoje se encontra e r-existe uma comunidade quilombola. Segundo seu neto, Eugênio da Cunha, seu avô *deu início ao povoamento de Nova Venécia mandando buscar 60 famílias, de italiano. Abriu, por essa ocasião também, um picadão numa mata virgem de Nova Venécia a cidade de São Mateus*[8]*.* Seu neto, mais tarde, chefiou o Serviço de Colonização de Barra de São Francisco no final da década de 1930. Também há registro de que Marcelino, também membro da família Cunha, possui cargo de ouvidor da Comarca de Porto Seguro, na qual compreendia toda região de São Mateus.

Quanto à terceira tentativa frustrada de colonização ao norte do rio Doce, Malacarne (2002) assim descreve:

> Em 1914 houve uma tentativa de se penetrar na floresta que havia entre o rio Doce e o rio São Mateus. Uma companhia francesa iniciou uma estrada a partir da foz do rio Pancas. Fracassou. A Primeira Guerra Mundial inviabilizou o sonho. (...) O governador Nestor Gomes (1920 a 1924) terá que recomprar (escandalizado) uma área de mais de 250 mil hectares das matas que havia ao norte, que haviam sido objeto de "concessão gratuita." (MALACARNE, 2002, s/p.).

A imagem a seguir é um trecho do Relatório Final do governo de Nestor Gomes (1920-1924), mostrando o seu feito em recomprar as terras cedidas para a companhia francesa.

Imagem 03 – Trecho do Relatório Final do Governador Nestor Gomes, que trata da reaquisição de terrenos cedidos às Companhias Territoriais.


30º Acquisição dos terrenos que pertenciam á Societé Forestiè-
re e á Companhia Santa Cruz Barbados, num total de duzentos cin-
coenta e um mil hectares. (Parece incrivel que houvessem alienado—
sem condições — tão grande porção das nossas terras!);

[8] Entrevista concedida em http://projetopipnuk.blogspot.com.br/. Acessado em: 19/03/2013

Esse mesmo governo persiste na ideia da colonização, criando a Companhia Territorial em 1923, sendo a primeira autarquia do Estado, com sede em Colatina, como veremos mais adiante.

Dessa forma, o projeto colonizador já iniciava os trabalhos de colonização e expansão das fronteiras do Espírito Santo. Havia diversas forças originadas de distintos lugares adentrando em terras do noroeste. A fronteira, então, se coloca como um lugar do conflito, das disputas, sendo, portanto, um elemento de bastante importância para a análise dessa colonização.

2.2 A busca pela definição da fronteira político-administrativa e pela expansão da fronteira agrícola: a fronteira pelo olhar colonizador

"A onda verde do café tomou o lugar
do oceano verde das florestas".
(Cícero Moraes)

Não há como estudar o processo e todo o trajeto desta colonização sem levar em conta a lógica político-econômica dos atores hegemônicos daquele período: o Estado e o Mercado. Estão imbricados e, por isso, às vezes, são (con)fundidos. Foi com base no café, além da extração e comercialização da madeira, que o governo do Estado enxergou a possibilidade de crescimento econômico, já que era o principal produto de mercado do Espírito Santo.

Em 1920, conforme dados da diretoria de finanças do Governo do Estado, os produtos de maior destaque foram: café, madeira e milho, respectivamente. E, segundo Malacarne:

> O café havia sido introduzido no sul do Estado por gente vinda do Estado do Rio. Logo, logo, ele assumiu com a república o controle e o poder do pequeno grande Estado. Os novos governadores estaduais terão ou não sucesso em suas administrações de acordo com o volume de dinheiro que circulará com a venda das novas safras. (MALACARNE, 2002, s/p.).

Foi o café a base do olhar político e econômico, e que se apresenta atrelado à possibilidade de resolver outras questões, principalmente às de cunho político e econômico, pelos quais o Estado do Espírito Santo passava naquele espaço-tempo. Entre as adversidades estavam a baixa nas cotações internacionais do café, em virtude da crise de 1929, e os litígios com Minas Gerais e Bahia acerca dos limites político-administrativos entre esses estados. Nesse momento, já era notável a presença de mineiros e baianos adentrando em terras capixabas.

Por isso, neste trabalho, procuramos entender a fronteira com base em duas dimensões: de definição e de expansão. A primeira se refere à definição de uma fronteira político-administrativa a serem resolvida entre os governos do Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia; enquanto a segunda se refere a expansão de uma fronteira agrícola.

O Estado cria, então, estratégias para garantir seu controle político e econômico ao incentivar a colonização daquele território junto com a produção do café. Vale ressaltar que, por ser uma região de matas virgem, houve, antes da produção do café, a comercialização da madeira retirada durante o processo de colonização.

O Noroeste, que até a década 1920 se desenhava a partir das densas florestas, passa a ser visto pelo olhar colonizador e explorador como possibilidade de participar do mercado madeireiro e da expansão do mercado cafeeiro, a partir da comercialização das madeiras da floresta, sendo a mata substituída predominantemente pelas plantações do café.

> Os caminhos abertos para a derrubada das matas no Norte do Espírito Santo, que dariam lugar ao café, partiam de Colatina. Esses mesmos caminhos serviam para a descida de madeira, que no município era embarcada, na ferrovia, para Vitória, para dali alcançar seu destino final, no exterior. (CAMPOS JÚNIOR, 2004, p. 24 e 25).

É fato que os caminhos de derrubada da mata não se deram apenas por Colatina. A presença de posseiros, principalmente de mineiros e capixabas, também contribuía para essa tarefa.

Acrescenta-se aqui a descida de madeira para o porto de São Mateus. O trecho de ferrovia construída entre este município e o de Nova Venécia foi realizado tendo em vista o escoamento da madeira até o porto. Os rios também eram utilizados como vias para o escoamento de madeira até São Mateus, dentre eles o rio Cricaré, braço sul do rio São Mateus.

Outra atividade notável foi a pecuária. Uma vez colonizado o território, o próximo passo foi o loteamento. Para garantir a posse da terra sem nenhum transtorno, o plantio de pasto se colocava como uma grande estratégia para os especuladores, já que os mesmos comprovavam o uso da terra, não necessitando de grande quantidade de investimentos e mão-de-obra. Na fronteira agrícola do território brasileiro, observa-se a predominância da pastagem como atividade fronteiriça, substituindo a biodiversidade local.

2.3 Para onde foram os indígenas, caboclos e posseiros?

Quando é verdadeira, quando nasce da necessidade de dizer,
a voz humana não encontra quem a detenha.
Se lhe negam a boca, ela fala pelas mãos,
ou pelos olhos, ou pelos poros, ou por onde for.
Porque todos, todos, temos algo a dizer aos outros.
(Eduardo Galeano – O Livro dos Abraços).

Numa região anunciada como “vazia”, a frente pioneira se deparava com habitantes que se relacionavam com a terra a partir de outros valores, não apenas econômico, mas tendo-a como abrigo, refúgio, além de possuírem memórias e valores culturais a ela associadas. Esses povos, quando não inseridos na política de aldeamento, se refugiavam em outras matas, em outros lugares, e nem sempre de forma pacífica, pois resistiam às violências, às doenças e barbáries cometidas em seus territórios. Por esse motivo, José de Souza Martins (1997) enxerga na fronteira a degradação do outro, para *desse modo viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora.*

Marinato (2007) em seu estudo referente à tentativa de aldeamento dos botocudos *imperiais* pela Diretoria de Índios do Rio Doce - DRD, no período entre 1824 a 1845, aponta também um trânsito de indígenas entre a floresta e os aldeamentos. Vejamos:

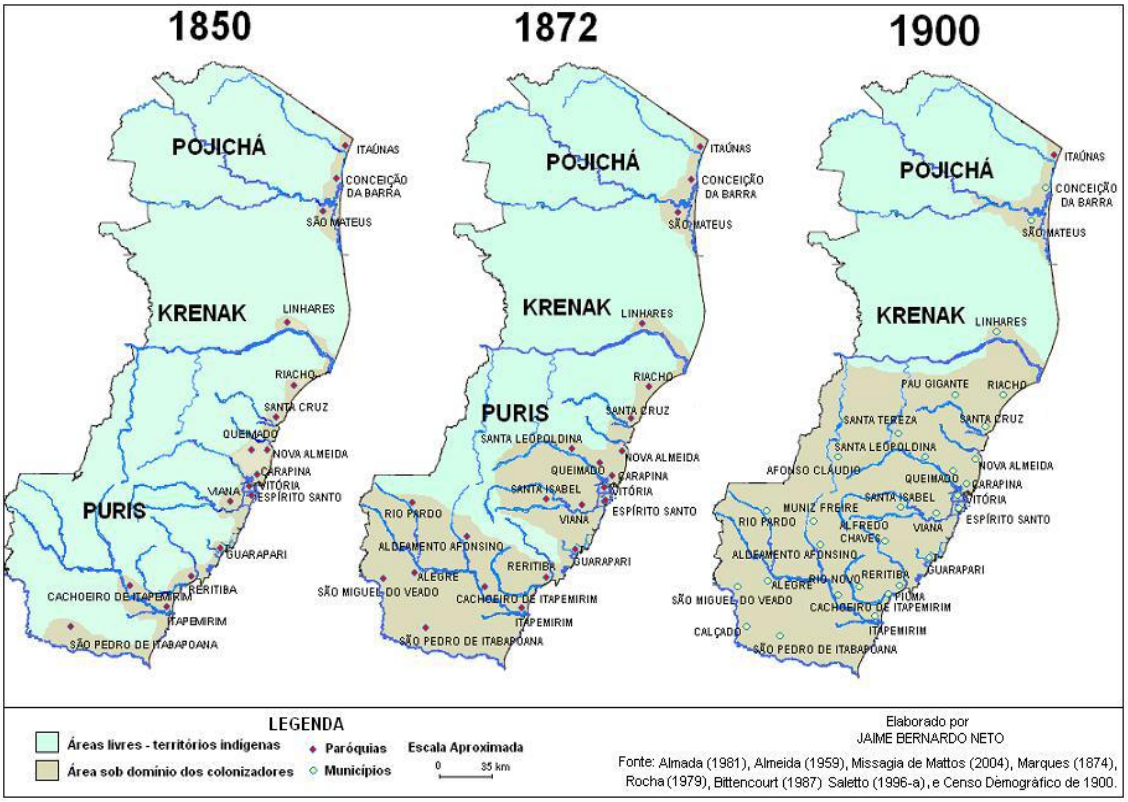
> (...) ao invés de se fixarem nos aldeamentos e se submeterem ao trabalho nesses espaços, na relação com a DRD os índios souberam privilegiar sua autonomia e fazer valer muitos de seus interesses, realizando um interessante e livre trânsito entre as florestas e os aldeamentos (MARINATO, 2007, p. 234).

A autora ainda aponta que a DRD *não conseguiu sucesso com a formação de aldeamentos Botocudos. (...) Na verdade, o "problema" nativo no Doce perdurou até a sua transferência para o governo republicano.* A primeira região de conflito e de atuação do Serviço de Proteção ao Índio – SPI, instituído em 1911, foi o vale do rio Doce, *onde a população de Botocudos permanecia significativamente expressiva* (MARINATO, 2007).

> Assim até o início do século XX o Doce estabelecia um marco limite da sociedade nacional em expansão. Foi somente com a atuação do SPI, a partir de 1911, que "barreiras" ao desenvolvimento puderam ser transpostas. Nas décadas seguintes à atuação desse órgão estatal no Espírito Santo, a região foi atingida por um surto de expansão agrícola que a colocou no círculo das "zonas pioneiras" do Brasil (MARINATO, 2007, p. 17).

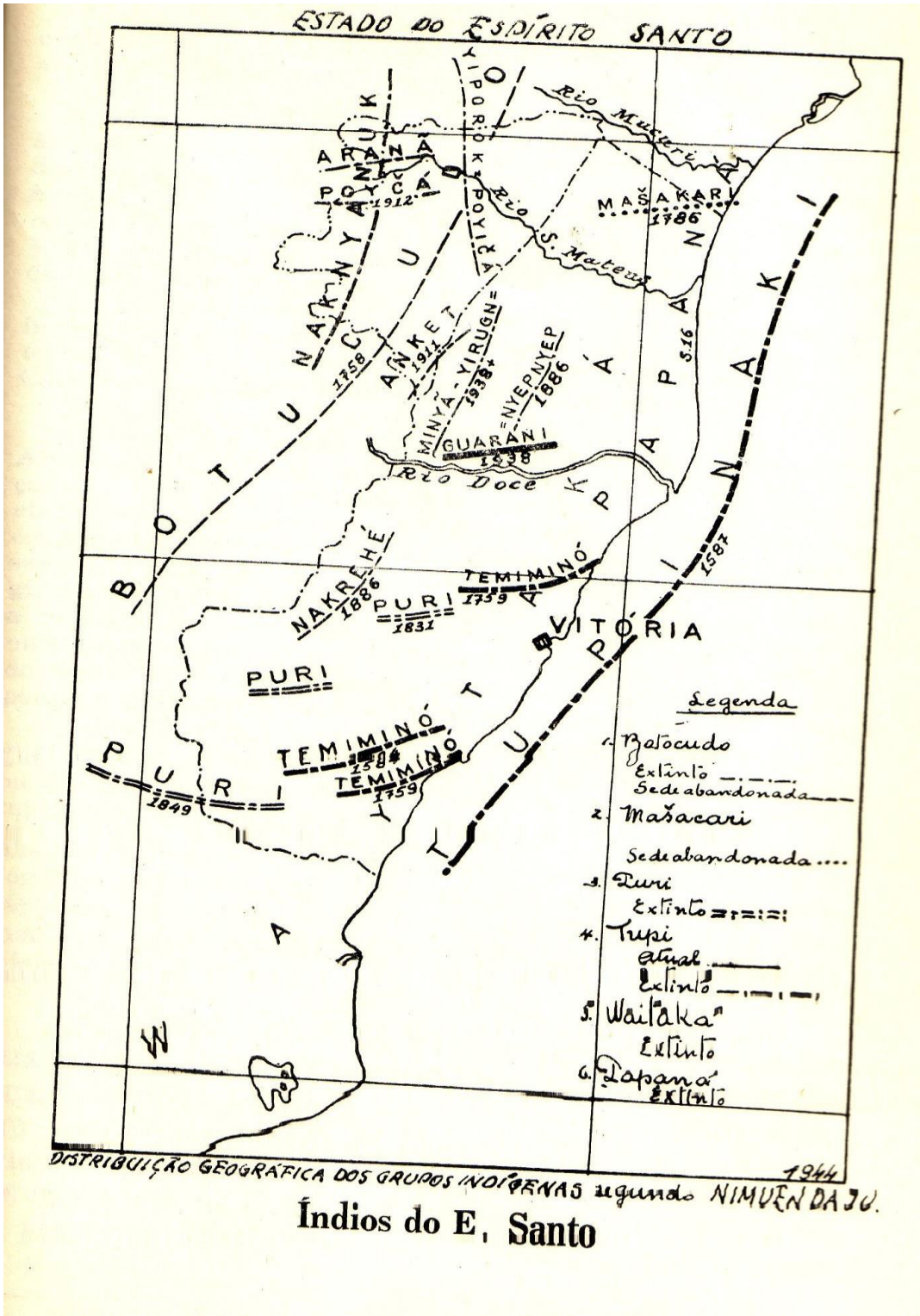
O mapa abaixo, realizado por Bernardo Neto, é um importante instrumento representativo do território de expansão colonial e a consequente perda de territórios indígenas no Espírito Santo. A partir da década de 1920, *quando diversos subgrupos de Krenaks já estavam aldeados* (BERNARDO NETO, 2012), em Pancas ou em outros aldeamentos em Minas Gerais, é que se iniciou a colonização do Noroeste espírito-santense.

MAPA 06 – Processo de expansão colonial e perda de territórios indígenas: de 1850 a 1900.



Já esse próximo mapa foi retirado da Revista nº 35 do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, e conta com mais denominações dadas aos indígenas naquela região, bem como as datas de sua presença nos territórios estimados.

MAPA 07 – Territórios Indígenas no Espírito Santo



Fonte: Revista nº 35, Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

A presença desses indígenas está marcada sob uma perspectiva inserida dentro da política de colonização: em Pancas havia um aldeamento indígena; e no município de Resplendor-MG, localizado próximo à divisa com Espírito Santo, existe atualmente uma Reserva Indígena dos Krenak. Aqueles que não aceitaram o aldeamento resistiram, se refugiando em matas mais ao norte, reduzindo cada vez mais seu território, ou então, conforme MARINATO (2007), *privilegiavam sua autonomia, transitando entre floresta e aldeamentos.*

Não apenas os indígenas, mas também os caboclos, posseiros que se localizaram na região antes da expansão colonial. Poucos conseguiram permanecer na terra de forma legal, pois para esses, há um grande abismo no acesso aos direitos legais vigentes; já para as firmas privadas de loteamento, tal abismo se converte em concessões e informações privilegiadas.

> Somente onde não havia mais estrada ou longe dela, fóra das terras concedidas á Colonização Poloneza ou garantidas aos Índios (...) é que se estendia ainda a terra do Estado, chamada terra devoluta, terra essa aposseavel e colonizável como si fosse terra de ninguém.
> Nessa é que se desenvolveram os caboclos, amestiçados de índio, sóbrios e resistentes, nacionalíssimos e fortes, que, ou enxotados de Minas ou sem posse no Espírito Santo colonizado; alguns perseguidos por qualquer mal feito, outros simplesmente desejosos de viver na sua nesga de terra, foram se internando pela floresta onde a lei acaba (...) furando-a, plantando-a, colonizando-a e comunicando-a nas picadas abertas a facão, na mata.
> Quando o Governo soube deles, há poucos anos, já eram muitos e tinham até os seus núcleos de população formados: uns pacíficos outros exigindo medidas drásticas de policia (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO, 1938, p. 84 E 85).

Quanto mais a fronteira colonial se expandia, menos indígenas e posseiros garantiam suas terras e sua sobrevivência. Mais ao norte houve um dos maiores conflitos por terras, na região conhecida como Contestado[9], um marco no espaço-tempo de um conflito resultante das expansões coloniais sobre territórios ainda não “civilizados”. A região do Contestado ficou marcada na história e geografia capixaba devido o conflito pela terra originado por forças oriundas de várias localidades, dentre elas estavam os fazendeiros, latifundiários, indígenas, posseiros, caboclos, dentre outros.

---

[9] Ver Luzimar Nogueira Dias (1984), Adilson Vilaça (2000), Paulino Leite (2001), Bernardo Neto (2012);

Capítulo 03 - MERCADO DE TERRAS E O SURGIMENTO DA COMPANHIA TERRITORIAL.

Como visto anteriormente, as leis agrárias mostram-se como um meio técnico normatizador de questões referentes à terra no Brasil e também no Espírito Santo. Apresentamos a importância da Lei de Terras de 1850, pois ela já cria estratégia de seletividade na apropriação de terras, já que a mesma proíbe a aquisição por outros meios que não o de compra.

A Lei nº 1.711 de 18 de fevereiro de 1929, substituída pela lei nº 617 em 1952, impulsiona o mercado de terra, a partir de venda direta de pequenos e médios lotes. Assim dispõe:

> **Art. 9º -** Não poderão ser vendidos a uma mesma pessoa mais de cem hectares de terras agrícolas ou destinadas a criação, salvo os casos previstos em lei e observadas as formalidades nela consignada.
> **Parágrafo único –** Ao adquirente casado, com filhos menores em sua companhia, será permitida a aquisição de área maior, na proporção de 25 hectares para cada filho (ESPÍRITO SANTO, LEI Nº 617 DE 09.01.1952).

Esta lei também define o valor dos lotes, assim dispondo no Art. 13: *O preço das terras será, no mínimo, de Cr$60,00 (sessenta cruzeiros) por hectare, exclusive as taxas e as despesas de medição* (ESPÍRITO SANTO, LEI Nº 617 DE 09.01.1952). Não colocava, portanto, um valor máximo, mas somente o valor mínimo do hectare.

Segundo Moreira (2005) a questão de concessão de terras devolutas, trazia ao Estado grandes prejuízos, pois movia a corrupção em torno da mesma:

> Na administração do governador Nestor Gomes verificou-se, no entanto, que as medidas moralizantes, tomadas anteriormente, não surtiam os efeitos esperados. Ainda funcionava a rede de corrupção no serviço de terras, envolvendo funcionários e autoridades, sempre em benefício de setores específicos. Em relatório oficial de 1920, Gomes era taxativo sobre a ocorrência de comissões, gratificações e despesas indevidas, desembolsadas por muitos requerentes de terra e recebidas por agrimensores, coletores e funcionários incumbidos das escrituras (MOREIRA, 2005, p. 231)

Junto à política de colonização observa-se também uma corrida de privilégios em um cenário desenhado por um mercado de terras emergente. Para garantir a colonização no Noroeste, o Estado criou mecanismos de incentivo às frentes pioneiras a partir da concessão de terras devolutas às firmas de loteamento. Um dos principais mecanismos oficiais foi a criação da Companhia Territorial, uma autarquia do Estado com sede em Colatina. Usaremos, nesta condição, o termo frente pioneira que, segundo Martins (1997):

> Era uma das faces da reprodução ampliada do capital: a sua reprodução extensiva e territorial essencialmente mediante a conversão da terra em mercadoria e, portanto, em renda capitalizada, como indicava e indica a proliferação de companhias de terras e negócios imobiliários nas áreas de fronteiras em que a expansão assume a sua forma. (Martins, 1997, p. 156).

A criação de Companhias de Terra esteve presente em outros estados brasileiros. Assim foi no Oeste Paulista, como nos mostra o trabalho de Scarim (1995), e no norte do Paraná, conforme trabalho de Cardoso (2007). No primeiro trabalho, Scarim (1995) estuda o *processo de expansão territorial do Oeste Paulista e o papel da iniciativa privada na construção da cidade de Santo Anastácio/SP*. Já Cardoso (2007) faz um estudo mais abrangente, tentando compreender a colonização na região Norte do Paraná ou “Norte Novo”, pelas Companhias de Terras. Esta autora também questiona ideias como “vazio demográfico”, ”avanço da frente pioneira” e “colonização pacífica”. Em ambos os casos, além da criação das Companhias de Terras, também se assemelham a presença do café e das estradas de ferro no projeto de colonização, tendo o Estado como fomentador da colonização e a iniciativa privada como os especuladores.

Monbeig (1984), em estudo sobre a franja pioneira e os fazendeiros paulistas aponta quais eram os sujeitos desse movimento e quais eram os seus propósitos:

> Quando se pôs em movimento o avanço paulista (...) encabeçava-o uma classe de grandes fazendeiros, que ao mesmo tempo dirigia importantes sociedades bancárias e ferroviárias, bem como detinha postos na administração pública. Emergiram dessa classe personalidades extremamente notáveis, cujo valor individual, entretanto, exprimia simplesmente, com maior força, as

> características comuns a todos eles. Sua obra consolidou, por muito tempo, a grande burguesia paulista (MONBEIG, 1984, p. 139)

Quanto ao uso e apropriação de terras pelos fazendeiros paulistas nas áreas colonizadas, Scarim (1995) analisa que essa expansão os possibilitava a apropriação do valor da terra, *que não seria derivado da sua produção agrícola, mas pela valorização provocada pela expansão cafeeira.* Monbeig (1975) também percorre esse raciocínio, afirmando que os fazendeiros paulistas:

> (...) adquiriram milhares de hectares de terras cobertas de florestas, em que abrem estradas e caminhos, implantam pequenos centros comerciais e procedem à demarcação de reduzidas parcelas de terreno, os sítios. Seus compradores são recrutados entre os trabalhadores agrícolas das plantações, que compram a prazo (MONBEIG, 1984, p. 62).

Essas companhias funcionaram não apenas neste período histórico que estamos analisando, mas continuam sendo um modo de apropriação de terras que contribui com a expansão da fronteira agrícola a nível nacional. Silva (2009), ao analisar o processo de transferência das terras devolutas do sul do Estado do Pará para empresários paulistas, reconstituiu historicamente a formação e atuação de uma companhia de terras, conhecida como Companhia de Terras da Mata Geral (CTMG). Neste caso, a apropriação de terras "não resultou em posterior estabelecimento de fazendas de café, como no oeste paulista e no norte do Paraná, e sim em fazendas de criação de gado bovino" (SILVA, 2009). A especulação da terra também se fez presente no sul do Pará, assim como nos casos anteriores, sendo uma marca característica das companhias de terras:

> A reconstituição dos principais fatos relacionados aos três primeiros projetos agropecuários aprovados pela Sudam na Amazônia é emblemática desse processo e permite que se compreenda como se deu a aquisição de grandes glebas de terras no sul do Pará principalmente com a finalidade meramente especulativa, objetivando revender essas terras a preços infinitamente superiores, após a valorização das mesmas.
> Foi o caso da Companhia de Terras da Mata Geral que comprou mais de 350 mil hectares das terras devolutas do Pará, e constituiu o maior latifúndio por dimensão do Estado (SILVA, 2009, p. 17).

3.1 O Funcionamento da Companhia Territorial

A Companhia Territorial no Espírito Santo foi criada pelo governo de Nestor Gomes, em setembro de 1923, para administrar a colonização e a venda de terras devolutas, promovendo a vinda de famílias para o norte do Estado. Segundo Teixeira (1974), *a área inicial desta Companhia foi uma faixa de terra a leste do rio Pancas com 70 km de frente e 20 km de fundo, toda submetida a levantamento topográfico e cadastral, com os lotes demarcados*.

> Esta empresa foi constituída com o capital de Cr$3.400.000,00, dividido em 17.000 ações de valor nominal de Cr$200,00 cada. Seu principal acionista era o Banco do Espírito Santo, que subscreveu 16.397 ações, representando Cr$3.279.400,00; em seguida figurava o Governo do Estado, com 595 ações, no valor total de Cr$119.000,00. (...)
> Até fins de 1932, na fase mais crítica de sua administração, havia a Companhia vendido perto de 15.000 hectares, apurando nas vendas Cr$7.072.226,30.
> Em 1932, o Governo do Estado adquiriu todas as ações do Banco do Espírito Santo e de particulares, tornando-se único proprietário do patrimônio remanescente, constituído, principalmente de terras e da serraria de Barbados (TEIXEIRA, 1974, p. 22).

Como no início não havia ponte para a travessia do Rio Doce, iniciou-se em 1926 a construção de uma travessia por meio de uma balsa, que atravessava o rio através da correnteza e de um cabo de aço no qual deslizava. Em seu relatório de governo, Florentino Avidos informa o investimento realizado para promover a colonização das terras acima do rio Doce:

> Barcos para travessia do rio Dôce – Como parte integrante do plano de povoar e desbravar o norte do rio Dôce, além dos caminhos vicinaes mencionados, emquanto se faz a construcção da grande ponte sobre esse rio, mandei em alguns pontos installar um serviço de barcas. (MENSAGEM DE FLORENTINO AVIDOS, 1926, p. 41).[10]

A partir da Companhia Territorial era formalizado um contrato de Concessão e Colonização de Terras com firmas interessadas no serviço. Essa firma loteava as terras e as vendia para terceiros. A seguir, seguem exemplos de escrituras, medições e discriminações de lotes vendidos às famílias durante este período de funcionamento da Companhia Territorial.

---

[10] Arquivo Público: http://www.ape.es.gov.br/index2.htm. Acessado em: 20de junho de 2012.

Imagem 04 - Escritura de 25 hectares de terra à margem do rio Doce

VENDA DE TERRAS
— A —
PRAZO E Á VISTA

COMPANHIA TERRITORIAL
— S. A. —
ESTADO DO ESPIRITO SANTO
CIDADE DE COLLATINA
ESTRADA DE FERRO VICTORIA — MINAS
CAPITAL: Rs. 3.400:000$000

— END. TELEGR. —
TERRITORIAL

CORRESPONDENTE EM VICTORIA
BANCO DO ESPIRITO SANTO

Collatina, 22 de Setembro de 1926

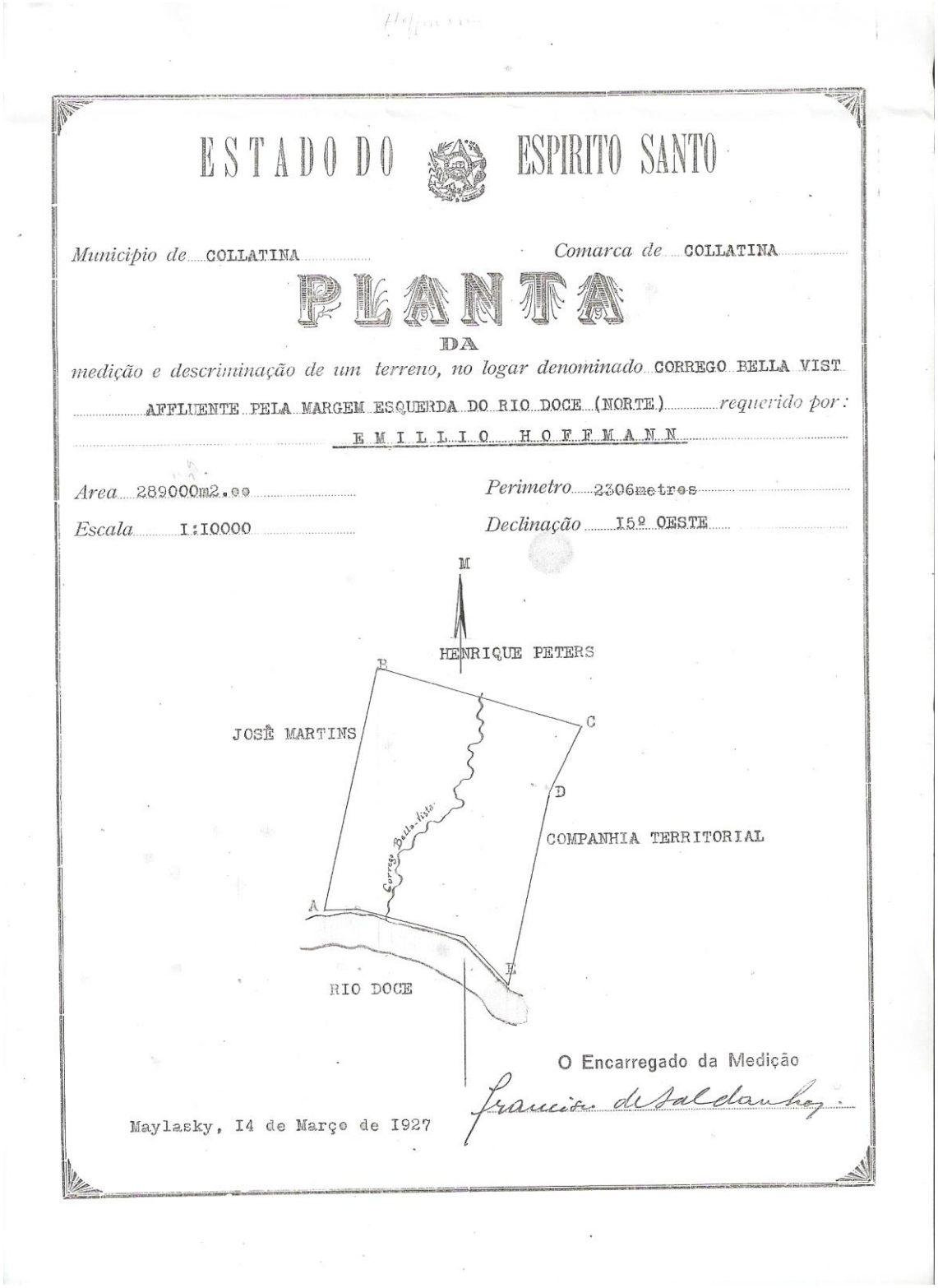
Illmo. Sr. Emilio Hoffman

De accordo com o convencionado, daremos escriptura a V. S. de 25 hectares, á margem norte do Rio Doce, nas proximidades da Estação de Lage, sendo o preço dos terrenos de Rs. 3:000$000, ja pagos, com todas as despezas.

Com apreço subscrevemo-nos.

COMPANHIA TERRITORIAL
A. Vieira

Imagem 05 - Planta de medição e descriminação de terreno às margens do rio Doce.



ESTADO DO ESPIRITO SANTO

Municipio de COLLATINA *Comarca de* COLLATINA

PLANTA

DA

medição e descriminação de um terreno, no logar denominado CORREGO BELLA VIST AFFLUENTE PELA MARGEM ESQUERDA DO RIO DOCE (NORTE) *requerido por:* EMILLIO HOFFMANN

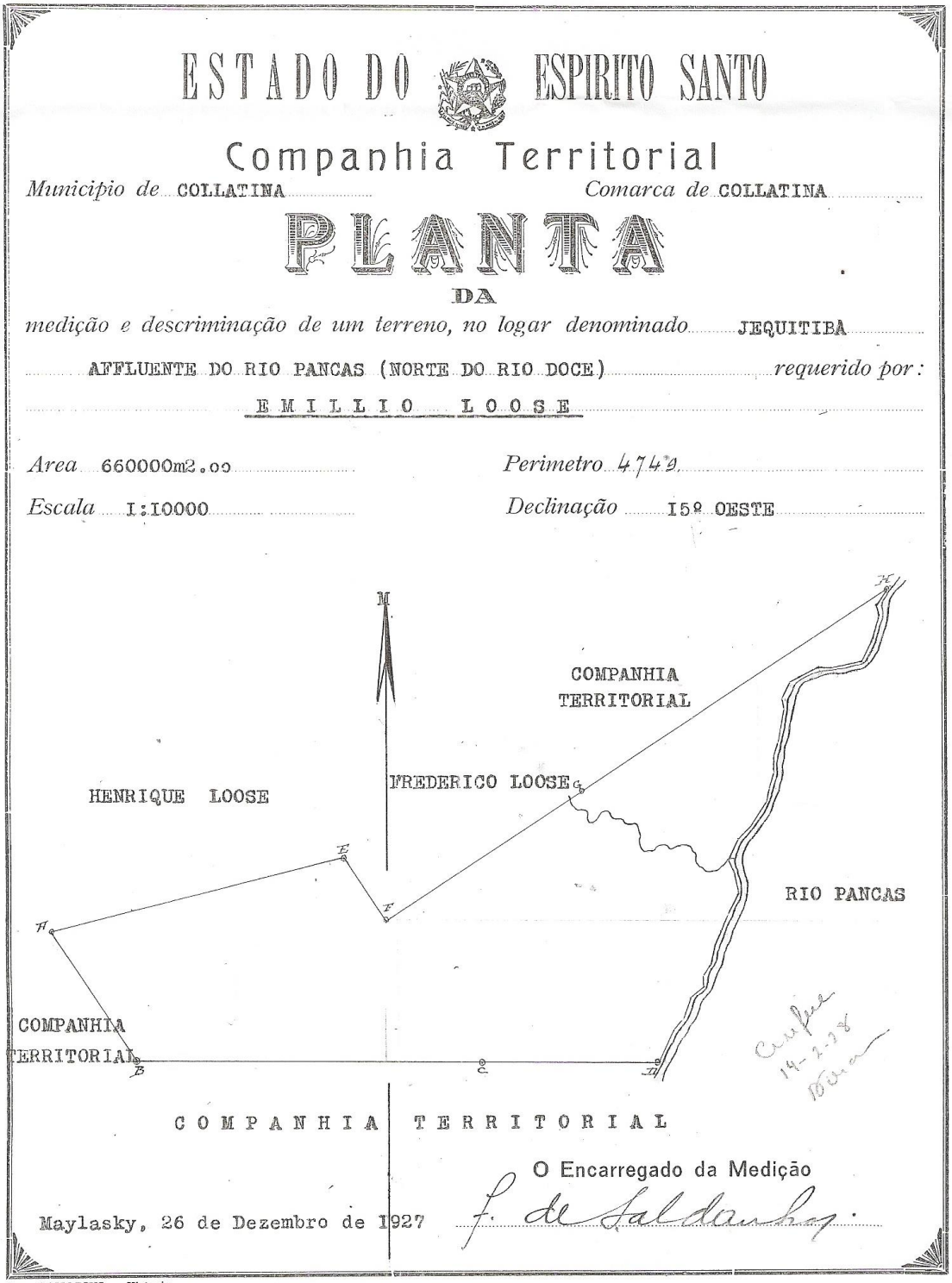
Area 289000m2.00 *Perimetro* 2306metros

Escala I:I0000 *Declinação* I5º OESTE

O Encarregado da Medição

Maylasky, I4 de Março de I927

Imagem 06 - Planta de medição e descriminação de terreno às margens do rio Pancas.



O acesso ao contrato de concessão de terras era um privilégio para os mercadores de terras, vejamos o que nos assinala Saletto (1996):

> (...) o acesso às terras devolutas – que compreendiam a maior parte do território no início da República – se dava através da ocupação, que criava a posse, da obtenção de um lote colonial e da compra ao Estado. Os imigrantes utilizavam todas essas alternativas; foram os destinatários, privilegiados dos lotes coloniais, ocupavam terras públicas. A estas, devemos acrescentar outra alternativa: a compra a particulares de terras ocupadas e não legalizadas. Vendiam-se posses, lotes coloniais não regularizados, terras medidas e não pagas. Todo o tipo de direito sobre a terra era objeto de comércio. Isto quando as terras devolutas, mas havia também as que constituíam propriedades legais (SALETTO, 1996, 53).

Imagem 07 – Medição de Terras: serviço realizado à Companhia Territorial

Boleslaw Ruszczycki e seus companheiros de medição de terra, em São Gabriel da Palha, 1938.

Fonte: A GAZETA, 1997.

3.2 As Firmas Colonizadoras: apropriação privada da terra

A lei 1.711 de 1929, anteriormente comentada, além de impulsionar a venda de lotes, também impulsionou o mercado de terras a partir de firmas com alguns objetivos, entre eles a criação de núcleos coloniais. Vejamos:

> **Art. 10 –** Mediante escrituras condicionais, poderão ser concedidas áreas maiores que o limite estabelecido no artigo anterior, a firmas, empresas ou sociedade com a necessária idoneidade moral e financeira, para o estabelecimento de novos núcleos coloniais, fomento da pecuária, ou desenvolvimento de culturas extensivas de interesse econômico para o Estado (ESPÍRITO SANTO, LEI Nº 617 DE 09.01.1952).

Uma dessas firmas se chamava Firma Costa&Malacarne, que atuou fazendo loteamentos para venda, principalmente aos colonos do Sul do Estado, filhos ou netos dos colonos do primeiro ciclo de imigração do Estado. Eram terras descansadas e havia um incentivo à produção do café e de gado, o que levou filhos de colonos ou os próprios colonos a se disporem em ocupar àquelas terras, já que a tradicional herança ficara inviável com o passar das gerações.

Abaixo segue trecho e cláusulas deste contrato com o tamanho da área cedida e condições da concessão para a empresa citada no parágrafo anterior:

> 1ª - O Governo do Estado de Espírito Santo concede á firma Costa & Malacarne, a área de dez mil (10.000) hectares a ser demarcada nos Municípios de Colatina e São Mateus, em local a ser determinado pela Secretaria da Agricultura, Terras e Obras e de acordo com a concessionária;
>
> 6ª - A concessionária se obriga a colonizar cada ano, no mínimo, trinta lotes de terras, cedendo-os a colonos idôneos. No caso de venda a famílias, deverão estas constituir-se de treis (3) pessoas validas, no mínimo, para o trabalho, isto é, marido e mulher menores de cincoenta(50) anos e um filho maior de treze(13) anos. Será então, cada família localisada em um lote, salvo as que tiverem seis ou mais pessoas validas para o trabalho, às quais poderão ser concedidos lotes.
>
> 17ª - A concessionária fará a construção de uma estrada de dois a treis metros de largura que, partindo da cidade, vila ou porto mais próximo, irá até a sede do núcleo, em condições de curvas e rampas estabelecidas pelo governo, que, logo que tenha sido efetuada a venda de trinta lotes de terras se compromete a pagá-la de acordo com as tabelas estaduais. – As demais estradas, no interior da concessão, correrão por conta esclusiva da concessionária. (MALACARNE, 2002, s/p.).

Verifica-se que, durante a ação de loteamento, já havia rumores e planos para a construção de uma ferrovia que ligaria Colatina à São Mateus, mas que não foi realizada. E devido essa ferrovia que Bertolo Malacarne *tinha interesse em ocupar logo as terras que ficariam a margem da ferrovia. Desde o rio Pancas até às margens do rio São José* (MALACARNE, 2002).

Mas a colonização daquela região a partir de concessões de terras pela Companhia Territorial não se deu somente com os colonos do sul do Estado. Na década de 1930, o Governo do Espírito Santo também fez um contrato com a Sociedade Colonizadora de Varsóvia para a colonização em áreas que as autoridades de Varsóvia reconheciam como adequadas. A Polônia vinha sofrendo com o período de guerra que assolava o continente europeu quando o contrato foi assinado. O país era alvo de interesses da Alemanha Nazista e da União Soviética, ambos com a finalidade de expandir seus domínios e aliados. Muitas famílias se dispuseram a emigração devido o clima de insegurança no qual viviam.

Assim como a empresa Costa&Malacarne, a Sociedade Colonizadora de Varsóvia assinou o contrato, que dentre as cláusulas estão:

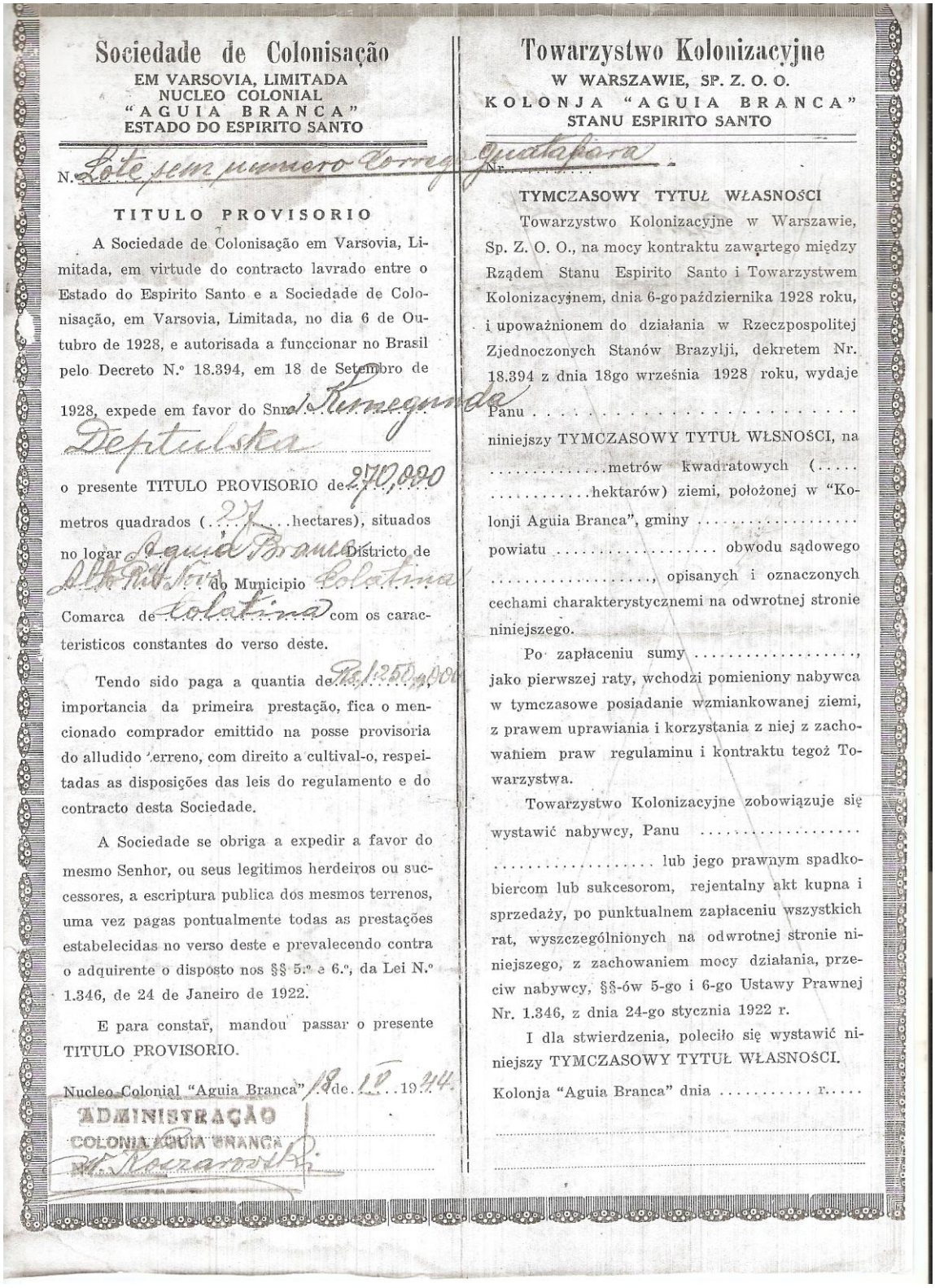
> **Primeira:** O Governo concede gratuitamente à Concessionária a área de terrenos devolutos de 50.000 (cinquenta mil) hectares, a serem separados ao Norte do Rio Doce, no Município de Colatina, ou de São Mateus, para o fim de ser nessa área feita a colonização polonesa, nos termos e condições que abaixo declaro.
>
> **Quarta:** A Concessionária se obriga a introduzir no mínimo 1.800 famílias para colonização da área de 50.000 (cinquenta mil) hectares que lhe é concedida, devendo cada família deverá ter no mínimo três pessoas válidas para o trabalho, isto é, marido mulher menores de 50 (cinquenta) anos e um filho maior de 13 (treze) anos. Cada família será localizada num lote, salvo as que tiverem 6 (seis) pessoas válidas para o trabalho, as quais poderão ser concedidos 2 (dois) lotes(...)
>
> **Décima Primeira:** A Concessionária fará a construção de uma estrada de 2 (dois) a 3 (três) metros de largura que, partindo da cidade, vila ou porto mais próximo vá até a sede do núcleo, em condições de curvas e rampas estabelecidas pelo Governo, que lhe indenizará as despesas feitas com tal serviço, logo que ela tenha localizado o número mínimo de 50 (cinqüenta) famílias e por

> quilômetro construído e aceito pelo Governo a partir dessa época (...).[11]

Percebe-se uma clara semelhança entre os dois contratos brevemente apresentados aqui, já que a política do Estado era a mesma, de colonizar os territórios. E nestes casos, o rio São José foi de extrema importância para a colonização de onde hoje são os municípios de São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha e Águia Branca, principalmente. Segue abaixo uma cópia do título provisório, que era entregue à família vinda da Polônia.

[11] Diponível em: <http://www.aguiabrancapoloniacapixaba.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=54%3Acontrato-de-colonizacao&catid=34%3Aimigracao&Itemid=54> Acessado em: 07/04/2012.

Imagem 08 - Título Provisório e Caracterização do Imóvel assinado entre a Sociedade Colonizadora de Varsóvia e um agricultor polonês (frente).



Sociedade de Colonisação
EM VARSOVIA, LIMITADA
NUCLEO COLONIAL
"AGUIA BRANCA"
ESTADO DO ESPIRITO SANTO

N. Lote sem numero Corrego Quitapara

TITULO PROVISORIO

A Sociedade de Colonisação em Varsovia, Limitada, em virtude do contracto lavrado entre o Estado do Espirito Santo e a Sociedade de Colonisação, em Varsovia, Limitada, no dia 6 de Outubro de 1928, e autorisada a funccionar no Brasil pelo Decreto N.º 18.394, em 18 de Setembro de 1928, expede em favor do Snr. Kunegunda Deptulska o presente TITULO PROVISORIO de 270,000 metros quadrados (27 hectares), situados no logar Aguia Branca Districto de Alto Rio Novo do Municipio Colatina Comarca de Colatina com os caracteristicos constantes do verso deste.

Tendo sido paga a quantia de Rs. 1250,000, importancia da primeira prestação, fica o mencionado comprador emittido na posse provisoria do alludido terreno, com direito a cultival-o, respeitadas as disposições das leis do regulamento e do contracto desta Sociedade.

A Sociedade se obriga a expedir a favor do mesmo Senhor, ou seus legitimos herdeiros ou successores, a escriptura publica dos mesmos terrenos, uma vez pagas pontualmente todas as prestações estabelecidas no verso deste e prevalecendo contra o adquirente o disposto nos §§ 5.º e 6.º, da Lei N.º 1.346, de 24 de Janeiro de 1922.

E para constar, mandou passar o presente TITULO PROVISORIO.

Nucleo Colonial "Aguia Branca" 18 de 12 de 1944.

ADMINISTRAÇÃO
COLONIA AGUIA BRANCA

Towarzystwo Kolonizacyjne
W WARSZAWIE, SP. Z. O. O.
KOLONJA "AGUIA BRANCA"
STANU ESPIRITO SANTO

Nr. Quitapara

TYMCZASOWY TYTUŁ WŁASNOŚCI

Towarzystwo Kolonizacyjne w Warszawie, Sp. Z. O. O., na mocy kontraktu zawartego między Rządem Stanu Espirito Santo i Towarzystwem Kolonizacyjnem, dnia 6-go października 1928 roku, i upoważnionem do działania w Rzeczpospolitej Zjednoczonych Stanów Brazylji, dekretem Nr. 18.394 z dnia 18go września 1928 roku, wydaje Panu . . . . . niniejszy TYMCZASOWY TYTUŁ WŁSNOŚCI, na . . . . . metrów kwadratowych (. . . . . hektarów) ziemi, położonej w "Kolonji Aguia Branca", gminy . . . . . powiatu . . . . . obwodu sądowego . . . . . , opisanych i oznaczonych cechami charakterystycznemi na odwrotnej stronie niniejszego.

Po zapłaceniu sumy . . . . . , jako pierwszej raty, wchodzi pomieniony nabywca w tymczasowe posiadanie wzmiankowanej ziemi, z prawem uprawiania i korzystania z niej z zachowaniem praw regulaminu i kontraktu tegoż Towarzystwa.

Towarzystwo Kolonizacyjne zobowiązuje się wystawić nabywcy, Panu . . . . . lub jego prawnym spadkobiercom lub sukcesorom, rejentalny akt kupna i sprzedaży, po punktualnem zapłaceniu wszystkich rat, wyszczególnionych na odwrotnej stronie niniejszego, z zachowaniem mocy działania, przeciw nabywcy, §§-ów 5-go i 6-go Ustawy Prawnej Nr. 1.346, z dnia 24-go stycznia 1922 r.

I dla stwierdzenia, poleciło się wystawić niniejszy TYMCZASOWY TYTUŁ WŁASNOŚCI.

Kolonja "Aguia Branca" dnia . . . . . r. . . . .

Fonte: IDAF. Contrato assinado em 1944. Acessado em março de 2013.

Imagem 09 - Título Provisório e Caracterização do Imóvel assinado entre a Sociedade Colonizadora de Varsóvia e um agricultor polonês (verso).

Lote seu numero

Caracteristicos do Immovel

Area do terreno 270,000 metros quadrados

CONFRONTAÇÕES:

Ao Norte . . . Adalberto Gikas
Ao Sul . . . João Rafalski
A Este . . . P. Pereira e Raymundo Bueno
A Oeste . . . . . .

OBSERVAÇÕES:

A medição dos terrenos constantes do presente titulo, foi procedida em data de 15 de Fevereiro de 19 , a requerimento de ADMINISTRAÇÃO

O Possuidor do presente titulo fica sujeito ao restante de custo das terras e demais despezas correlatas na importancia de Rs. . . . . ., dividido em . . . . . prestações, do seguinte modo:

1.ª prestação, a vencer-se em:
. . . de . . . . . de 19 . . Rs. . . . . .
2.ª prestação, a vencer-se em:
. . . de . . . . . de 19 . . Rs. . . . . .
3.ª prestação, a vencer-se em:
. . . de . . . . . de 19 . . Rs. . . . . .
4.ª prestação, a vencer-se em:
. . . de . . . . . de 19 . . Rs. . . . . .
5.ª prestação, a vencer-se em:
. . . de . . . . . de 19 . . Rs. . . . . .
6.ª prestação, a vencer-se em:
. . . de . . . . . de 19 . . Rs. . . . . .

Regou TOTAL Rs. 1.250$000

Na ultima prestação estão incluidas as importancias de escriptura, emolumentos e imposto de transmissão.

A falta de pagamento de qualquer das prestações vencidas e constantes deste titulo, importará, na caducidade delle consummando-se essa caducidade de pleno direito, independente de qualquer interpellação judicial, perdendo o seu possuidor as importancias anteriormente pagas e ficando sujeito ao lançamento do aluguel de terras, nos termos do decreto N.º 4.584 de 6 de Outubro de 1921

"§ 3.º, do art. 7.º da lei N.º 1.148.

Em todos os casos de vendas condicionaes de terras conforme os dois antecedentes serão reservadas ao Estado (Sociedade) as madeiras existentes nas mesmas terras, emquanto as respectivas escripturas, pelo não cumprimento de suas estipulações, não tiverem caracter definitivo."

OPIS ZNAKÓW CHARAKTERYSTYCZNYCH NIERUCHOMOŚCI:

Obszar ziemi . . . . . .

TECHNICZNE OKREŚLENIE GRANIC:

Na Północy . . . . . .
Na Południu . . . . . .
Na Wschodzie . . . . . .
Na Zachodzie . . . . . .

UWAGI:

Pomiaru ziemi lotu, wymienionego w niniejszym Tytule Własności, dokonano dnia . . . . . r. . . . . ., na życzenie . . . . . .

Posiadacz niniejszego Tytułu Własności podlega opłacie reszty należności za ziemię i inne koszta z tem związane, w sumie Rs. . . . . ., podzielonej na . . . . . rat, w sposób następujący:

1-wsza rata, płatna dnia:
. . . . . r. 19 . . Rs. . . . . .
2-ga rata, płatna dnia:
. . . . . r. 19 . . Rs. . . . . .
3-ia rata, płatna dnia:
. . . . . r. 19 . . Rs. . . . . .
4-ta rata, płatna dnia:
. . . . . r. 19 . . Rs. . . . . .
5-ta rata, płatna dnia:
. . . . . r. 19 . . Rs. . . . . .
6-sta rata, płatna dnia:
. . . . . r. 19 . . Rs. . . . . .

SUMA Rs. . . . . .

W ostatniej racie pomieszczone są należności za rejentalny akt kupna i sprzedaży, stemple i inne opłaty.

Niezapłacenie w terminie jakiejkolwiek raty, wyszczególnionej w miniejszym tytule, pociąga za sobą utratę prawa do tegoż, i skutkuje prawomocnie, bez potrzeby do odwoływania się sądowego, przyczem posiadacz traci raty poprzednio wpłacone i podlega czynszowi dzierżawnemu za ziemię, na mocy dekretu Nr. 4.584, z 6-go października 1921 roku.

"§ 3-ci art. 7-go, ustawy prawnej Nr. 1.148.

We wszystkich wypadkach warunkowej sprzedaży ziemi, stosownie do 2-ch powyższych §§, — pozostaje własnością Stanu (Towarzystwa Kolonizacyjnego) — drzewostan, znajdujący się na tychże ziemiach, dopóki odnośne akty kupna i sprzedaży, z powodu nie wykonania swych warunków, nie będą miały charakteru definitywnego."

Fonte: IDAF. Contrato assinado em 1944. Acessado em março de 2013.

A Companhia Costa&Malacarne localizou e firmou duas comunidades no vale do rio São José: uma atividade maior no município que viria a ser chamado de São Domingos do Norte, entre 1926 a 1932; e a partir de 1933, nas proximidades da Cachoeira da Onça, no futuro município de São Gabriel da Palha. A Sociedade Colonizadora de Varsóvia teve maior atuação onde hoje é o município de Águia Branca, mas que se estendeu até áreas do atual município de São Gabriel da Palha. Isso se deu também acrescentado ao fato de que, segundo Malacarne:

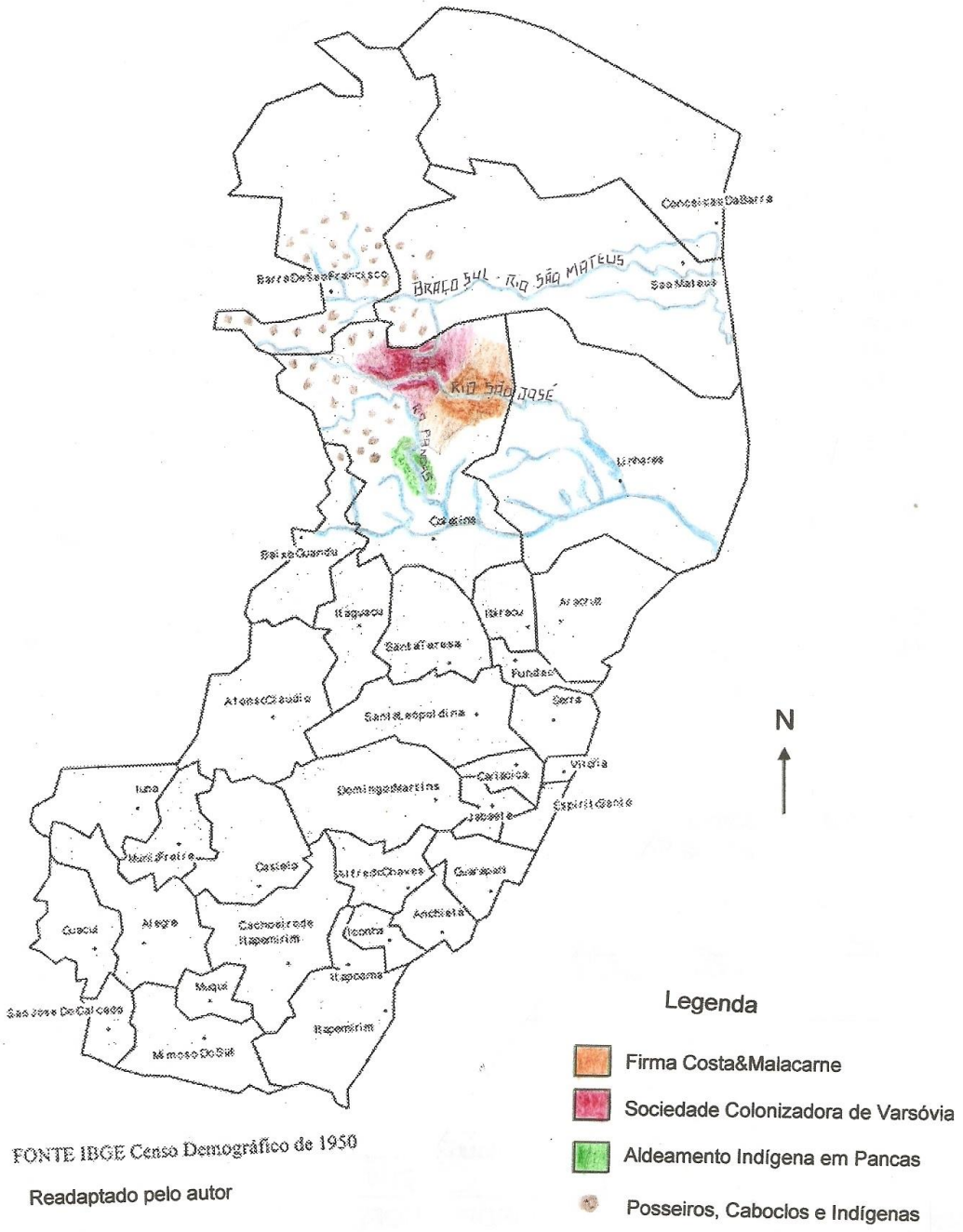
> Os mineiros, transpondo a Serra dos Aimorés, iam ocupando nossas matas. Os poloneses que foram para Águia Branca tiveram que receber concessão de novas áreas em 1936, perto de São Gabriel da Palha, porque já havia muitos invasores em Águia Branca (MALACARNE, 2002, s/p.).

O mapa a seguir foi realizado no intuito de facilitar uma leitura especializada dos sujeitos e atores sociais (as firmas, os aldeamentos, os posseiros, os caboclos, os indígenas). É uma ferramenta para apresentação dos territórios e territorialidades prováveis e possíveis de atuação desses sujeitos e atores.

MAPA 08

Territorialidade das Firmas Colonizadoras

Espírito Santo 1950



FONTE IBGE Censo Demográfico de 1950

Readaptado pelo autor

Além dessas duas firmas aqui apresentadas, acredita-se que também havia outras de menor abrangência na região, mas das quais não foi possível encontrar fontes verídicas de atuação nos loteamentos, mesmo após o trabalho de garimpagem em documentos históricos de arquivos e acervos das instituições visitadas.

Em 1933, houve a dissolução da Companhia Territorial, dando fim a uma política governamental com clara finalidade de expansão da fronteira e garantia da reprodução ampliada do capital, fomentando as firmas privadas a mercantilizar a terra, isto é, a apropriá-las com fins especulativos e não de produção agrícola. Ao final, *eram ocupantes dos lotes vendidos 1.368 famílias, compreendendo 7.940 pessoas de nacionalidades diferentes* (TEIXEIRA, 1974, p. 22).

Vejamos que, quando Willian Steains estima uma população indígena de 7.000 indivíduos em sua viagem pelo rio Doce em 1885, percebemos que o objetivo dessa política não foi apenas de povoamento de uma “região vazia”, pois os novos ocupantes não passavam de 8.000 indivíduos.

3.3 Rios, Pontes e Overdrives: os caminhos da colonização.

Para pensarmos o tempo presente é importante considerarmos a “geografia do passado” a partir de uma sequência histórica de objetos naturais e técnicos substanciais para viabilizar essa colonização. Admitimos que nesta sequência histórica não se compreenda uma linearidade, pois está sujeita a rupturas e transgressões dos cursos previstos pela colonização.

Pierre Monbeig, em sua obra intitulada *O Brasil* (1975), afirma que em meados do século XIX, uma nova fase da conquista da terra havia se iniciado no Brasil e, principalmente, em São Paulo. Segundo o autor:

> (...) os longos alinhamentos ordenados dos cafeeiros substituíram a densa floresta, vítima da marcha para oeste dos pioneiros paulistas (...) Cidades nasceram e nascem ainda. Construíam-se ferrovias,

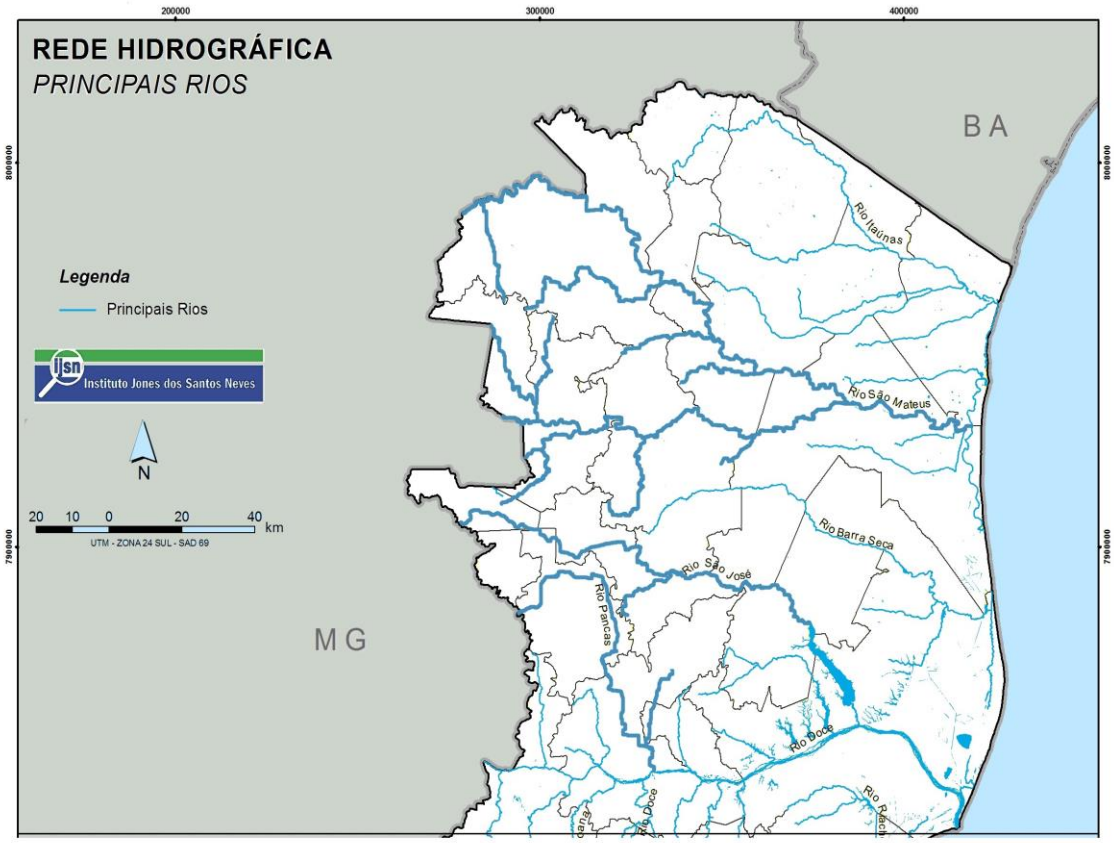
> estradas de rodagem. Uma nova sociedade se organizou (MONBEIG, 1975, p. 56).

Para este estudo, o primeiro objeto que aqui iremos considerar são os rios. Objeto natural, objeto-dado. Mais especificamente os rios Pancas, São José e São Mateus, e alguns de seus afluentes, de grande relevância para entendermos os primeiros passos de colonização das terras até então desconsideradas pela classe dominante capixaba.

O rio Pancas e São José nascem muito próximos, na divisa com o Estado de Minas Gerais, no município de Mantenópolis, e deságuam no Rio Doce. O rio São José é um caso excepcional, pois antes de desaguar no rio Doce, ele alimenta as águas da Lagoa Juparanã em Linhares, para depois seguir seus caminhos rumo ao Rio Doce, porém, já com o nome de Rio Pequeno. Já o Rio São Mateus é formado por dois braços, o rio Cotaxé ou rio do Norte, cuja nascente se localiza no município de Ouro Verde, em Minas Gerais, e o rio São Mateus ou Cricaré - Braço Sul, com nascente localizada no município de Itajubinha, também em Minas Gerais.

O mapa hidrográfico do norte do Espírito Santo apresentado a seguir, destaca os três rios a que estamos nos referindo neste trabalho (Pancas, São José e São Mateus), já que foram essenciais para definir os caminhos da colonização:

MAPA 09 – Rede Hidrográfica do norte do Espírito Santo, com destaque aos rios São Mateus, São José e Pancas.



Fonte: IJSN, 2010. Readaptado pelo autor

Dos rios à estrada de ferro, de construção em tempos tardios e que perdeu sua necessidade antes mesmo de ser construída, acabara sendo atropelada pelas estradas de rodagem que chegaram àquela região. Com a colonização sendo consolidada, as estradas de rodagem serviram de impulso ao aumento de migrantes para essa região.

Vale ressaltar que dentro desses caminhos, algumas histórias não se somam a estas, uma vez que não se tem registros nos quais poderíamos nos basear. Por isso, como afirma Antogiovanni (2006):

> (...) pouco há sobre os negros libertos e que também percorreram estes caminhos ou caminhos paralelos. Também há um silêncio em relação aos indígenas que, freqüentemente, aparecem na literatura como *"os ferozes Botocudos", "empecilho ao desenvolvimento"*. Há também as histórias dos *brancos europeus* que aqui chegaram e não encontraram o esperado apoio do governo brasileiro ou capixaba,

> bem como dos *caboclos* do Espírito Santo e de Minas e do sul da Bahia que também não aparecem nos escritos. (ANTOGIOVANNI, 2006, p. 38).

Bernardo Neto (2012, p.133) afirma também que esse avanço pela frente colonial foi possível não apenas pelo fato da dificuldade de atravessar o rio Doce, mas de manter-se do outro lado, devido à resistência indígena.

3.3.1 Os Rios: Pancas, São José e São Mateus e seus afluentes

Como vimos anteriormente, uma das primeiras tentativas de colonização ao noroeste do Estado foi experimentada em 1914 pela companhia francesa Societé Forestière, partindo da foz do rio Pancas, mas que não obteve sucesso, e que trouxe prejuízo aos cofres públicos, o qual teve de recomprar as terras concedidas a esta companhia.

Data-se no ano de 1918 a primeira penetração de colonos através desse rio. Colonos que vinham de Minas Gerais descendo o Rio Pancas, que nasce bem na divisa deste Estado e deságua no rio Doce.

Assim como descer o rio Pancas, também foi viável a subida. E, assim como feito pela companhia francesa em 1914, foi subindo o rio que houve a colonização mais expressiva da região noroeste por colonos vindo do sul do Estado. É por este caminho que os colonos também se depararam com os povos já existentes, que em grande parte deixavam suas terras e migravam em direção norte, onde aos poucos se formava uma região onde, mais tarde, ficou conhecida como Contestado. Nesta região ocorreu uma das mais marcantes histórias de conflitos por terra no Espírito Santo, em um episódio conhecido como Massacre de Cotaxé.

O rio Pancas (assim como o Rio São José, como veremos adiante) também se fez presente no processo de colonização do noroeste a partir dos poloneses que aqui chegaram e contribuíram para a política de colonização daqueles territórios:

> O interventor passou a priorizar as entradas de imigrantes poloneses para as terras de Águia Branca. Estes subiam o rio Pancas montados

> em animais. Tinham um posto de apoio junto ao córrego Montes Claros, que verte para o rio Pancas. (MALACARNE, 2002, s/p.).

No governo de Florentino Avidos[12], em 1925, também aponta-se uma política de colonização para áreas do entorno do Rio Pancas, influenciada pela estrada de ferro Vitória a Minas, iniciada no final do século XIX para ligar Vitória à Belo Horizonte, passando por Colatina:

> (...) offreci, nas proximidades do rio Pancas, uma área de 8.000 hectares, afim de constituir uma primeira secção do mesmo núcleo (Santos Neves), em vista de sua proximidade da Estrada de Ferro Victória à Minas, em Collatina. (MENSAGEM DO GOVERNADOR FLORENTINO AVIDOS, 1925, p. 75)

Em conversa realizada com uma neta de colonos que participaram desta saga, dizia ela, relembrando as histórias que os avós narravam quando os mesmos chegaram ao município de Pancas:

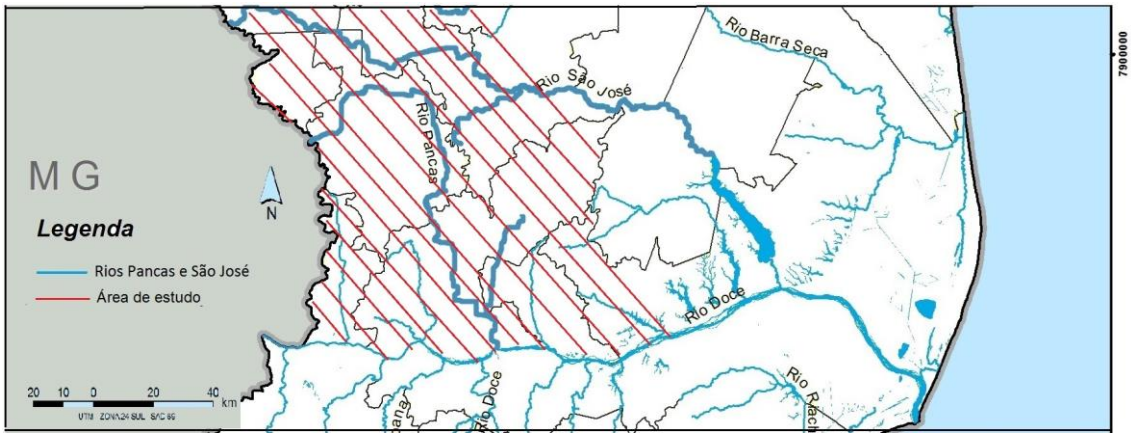
> *"(...) foi subindo o rio Pancas, que os avós abria as picada na mata, construindo casas altas porque tinha onça (...).*
> *Plantava café e muitas outras coisas. Aí eles vieram parar em Pancas, lá em Laginha. Eles eram de Santa Maria de Jetibá".*

Outro rio importante neste processo foi o rio São José, que envolve a seguinte divisão: o alto São José, que compreende o trecho da nascente até o rio Jabuticaba, no município de Águia Branca; o médio São José, do rio Jabuticaba até a Cachoeira da Onça, em São Gabriel da Palha; e o baixo São José, da cachoeira até a saída no rio Doce.

---

[12] Florentino Avidos governou o Espírito Santo no final da Primeira República (ou República Velha). O café, até então, era o principal produto brasileiro e capixaba. Com a crise de 1929, houve uma desvalorização do produto, juntamente com o início da República Nova, o que interfere significativamente na política econômica e no cenário agrário brasileiro.

MAPA 10 – Destaque dos rios Pancas e São José



Localização dos Rios Pancas e São José na Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Esquema elaborado pelo autor.

O trecho navegável era até a Cachoeira da Onça. Faz a linha divisória entre São Domingos do Norte e São Gabriel da Palha. O rio São José, portanto, foi um eixo importante para a colonização da região noroeste do Estado, conforme Malacarne (2000) *Os primeiros trabalhos de colonização foram feitos no Rio São José. Bertolo Malacarne assentou várias famílias italianas, antes da chegada dos poloneses em 1929.*

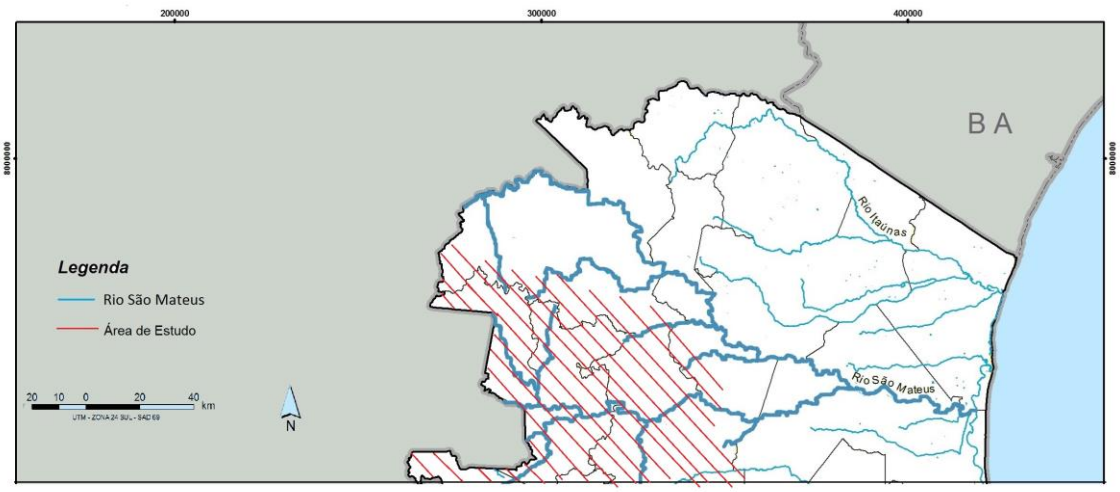
O primeiro registro levantado deste rio parte do viajante Willians Steins, ao qual já nos referimos anteriormente. Mas sua intenção era apenas descritiva. Malacarne (1996), ao contribuir com a história do município de São Domingos do Norte, afirma que seu avô, Bertolo Malacarne, seguiu o trecho do rio São José com intuito de lotear áreas para assentar famílias do sul do Estado. Tudo isso devido ao fato de receber concessão da Companhia Territorial, através de sua firma Costa&Malacarne.

A colonização do Noroeste pelo Rio São Mateus se deu principalmente pelo Braço Sul. Assim como aconteceu no vale do rio Pancas, os colonos também se depararam com a presença de povos nativos no Braço Sul do Rio São Mateus, conforme a citação abaixo:

> *No começo do século XX, estavam já os botocudos reduzidos a grupos errantes acometidos pelas doenças e pela fome, podendo, entretanto, ainda ser flagrados em meio às matas ao norte do Rio*

> *Doce, nos vales dos rios Pancas e Braço Sul do Rio São Mateus.* (NEVES & PACHECO, 1992, apud ANTOGIOVANNI, 2006, p. 28)

MAPA 11 – Destaque do rio São Mateus.



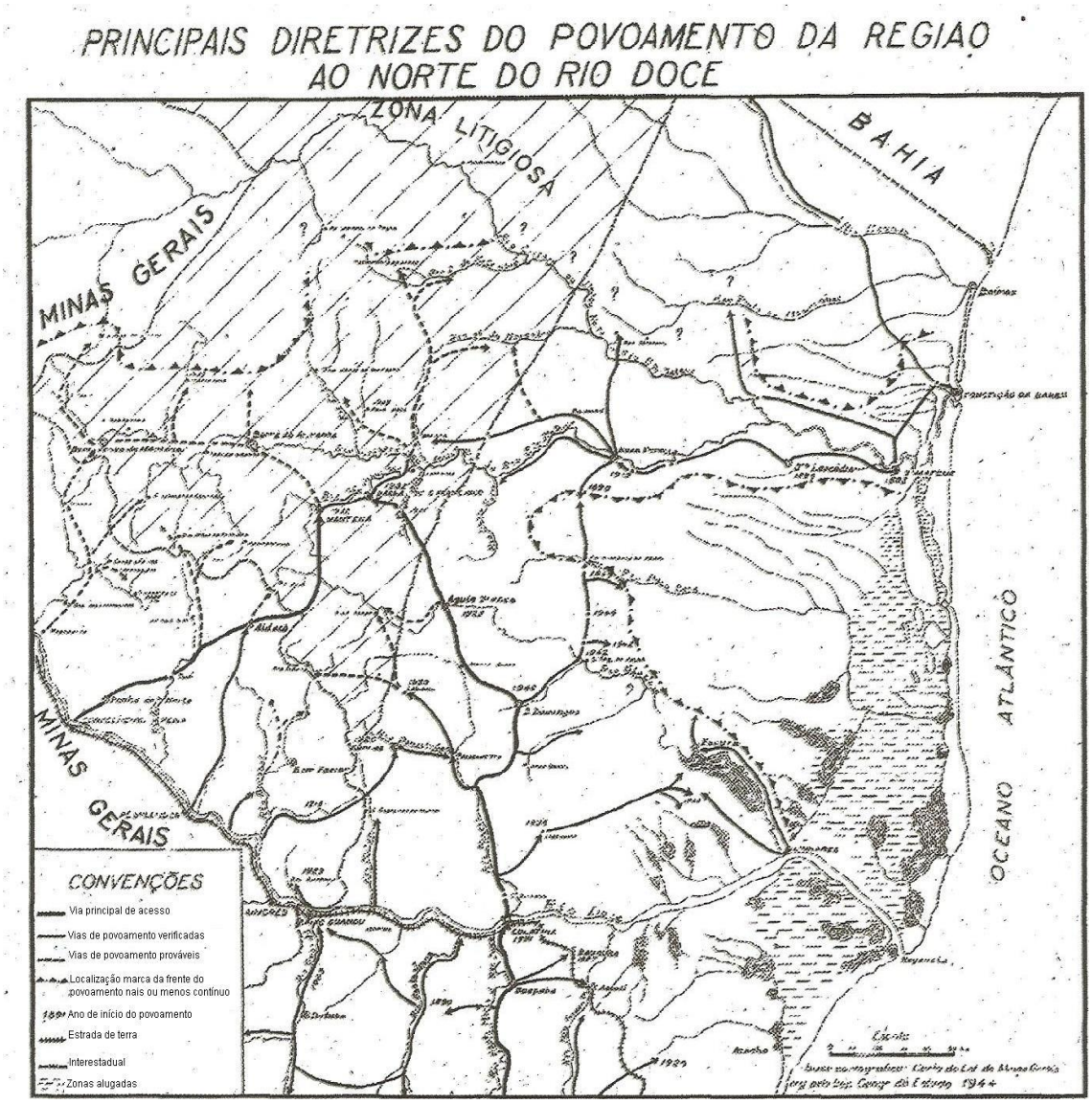
Localização do Rio São Mateus. Esquema elaborado pelo autor.

Esse rio foi de extrema importância na colonização nos atuais municípios de Água Doce do Norte e Barra de São Francisco.

> Outro eixo de busca do noroeste parte do Rio Preto, afluente do São Mateus, em direção a Água Doce do Norte e outro em direção do rio 2 de Setembro, até Patrimônio do Serro e em direção do Rio 15 de Novembro, ambos afluentes do Braço Norte do Rio São Mateus. (ANTOGIOVANNI, p.37).

Campos Júnior (2004) trata também da chegada de mineiros vindos sobre um eixo de migração que partiu “de Conselheiro Pena-MG (...) chegou a Mantena-ES, em 1932, e em seguida a Barra de São Francisco”. Esse eixo passou, portanto, pelo rio São José, indo se estabelecer próximo ao rio São Mateus.

MAPA 12



Fonte: Campos Júnior, 2004.

Este mapa trata das vias principais de povoamento, na qual consta uma partindo de Colatina e outra de Conselheiro Pena- MG, bem como de vias de povoamento verificadas, que são secundárias, mas que também possibilitaram a chegada de migrantes posseiros. Além dessas, o mapa também traz as vias prováveis, isto é, vias pelas quais se podem evidenciar um caminho realizado por migrantes, mas que não são comprovadamente certos. Verifica-se também o traçado da estrada de ferro, bem como as estradas de terras. A qualidade do mapa dificulta uma análise mais detalhada, mas consideramos importante apresentá-lo devido a sua ligação com a proposta deste trabalho.

3.3.2 Estrada de Ferro Norte Colatina – São Mateus e a Ponte Florentino Avidos

Com a política de colonização e loteamento das terras do noroeste, vieram também os investimentos em vias de transporte, e o governo do Estado retomou o projeto da estrada de ferro que ligaria o município de Colatina a São Mateus, no sentido de facilitar a colonização e melhorar o escoamento das mercadorias.

Os primeiros registros da projeção da estrada de ferro que, mais tarde, ligaria Colatina a São Mateus datam de 1895, segundo Moraes (2004):

> (...) os fazendeiros e capitalistas locais resolveram construir uma estrada de ferro partindo da cidade (São Mateus) e dirigida para as matas do interior, para servir principalmente ao transporte de madeiras que viçavam num desafio à operosidade dos homens. A estrada foi iniciada, o leito chegou a ter 23 quilômetros concluídos, em 1895 (MORAES, 2004, p. 201).

Esse projeto não foi realizado integralmente. E diversos foram os motivos para o não término da estrada de ferro: falta de verba, início dos investimentos em estrada de rodagem, dificuldades com a geografia da região, dentre outras.

Apenas sete quilômetros da estrada de ferro foram construídos partindo de Colatina. O trecho mais longo efetivamente construído foi de São Mateus a Nova Venécia, tendo a família Cunha, ligada ao Barão de Aimorés, uma grande importância nesse processo. Porém, mesmo com esse considerável trecho, a estrada de ferro nunca foi utilizada, deixando sua marca na terra e no tempo, sendo ofuscada futuramente pela estrada de rodagem que liga esses dois municípios. Aqui fica uma lacuna neste processo: porque largar a construção e retirar o serviço já realizado? Quais foram os motivos?!

Para Moraes (2004), o “ciclo ferroviário” proposto se estende entre os anos de 1886 e 1910, e por isso tal estrada de ferro não obteve êxito:

> Sem dúvida, houve, no decênio 1920-1930, várias tentativas para estender a rede ferroviária, mas o desenvolvimento desta havia

> terminado com a eclosão da I Guerra Mundial. (...) o ramal de Colatina a Nova Venécia não chegou sentir o peso das locomotivas. Os leitos vazios foram ocupados pelas rodovias (...) (MORAES, 2004, p. 285).

Antogiovani (2007), ao analisar a “des-re-territorialização de colonos europeus” afirma que:

> A ponte sobre o Rio Doce em Colatina deveria conectar-se com a estrada de ferro que seria construída entre Colatina a Nova Venécia. E de Nova Venécia podia-se atingir o porto de São Mateus. (...) Mas a estrada de ferro Colatina Nova Venécia não saiu do papel e iniciam-se suas obras já como estrada de rodagem e após 19 anos (1928 a 1947) foi concluída. Esta investida do desenvolvimento para o “interior”, gerou uma movimentação que teria ajudado a fundar e “povoar” São Gabriel de Palha. (ANTOGIOVANI, p. 37 e 38).

Portanto, ainda com perspectiva à estrada de ferro, também era projetada a ponte sobre o Rio Doce, sendo inaugurada em 1928, momento em que o governo do Estado firmava os contratos de concessão para algumas empresas de colonização, como vimos anteriormente. A inauguração dessa ponte foi, sem dúvida, uma marco para a colonização da região noroeste do Estado, pois os interessados no loteamento de terras já estavam cientes da construção dessa ferrovia, o que aparentava ser um bom negócio e que motivou o povoamento de alguns municípios. Moraes (2004) propõe em considerar o período de “ciclo rodoviário”, caracterizado pela nova mobilidade emergente.

3.3.3 As Estradas de Rodagem

Por fim, as estradas de rodagem foram, sem dúvidas, o plano de mobilidade que mais acelerou o processo de colonização, durante e principalmente após a política de colonização via Companhia Territorial. Do nível mundial ao estadual, as políticas para implementação de meios de circulação via automóvel fez surgir uma nova lógica de circulação, transporte e escoamento. O período pós-guerra representou no Espírito Santo a:

> (...) reorganização do Estado, sustentado no equilíbrio orçamentário (...). O grande valor do desenvolvimento foi encetado especialmente pela criação do Departamento de Estradas e Rodagem (DER), representando a formulação segura, mais racional no planejamento,

> programação e construção de estradas, com estruturação das bases do setor para implantar obras-de-arte especiais de maior porte (pontes) e o advento da pavimentação. O Estado necessitava de consolidar-se em sua fronteira Noroeste, onde acontecimentos de ordem fundamentalista e política movimentavam as classes sociais, com grandes embates entre as mesmas, além do risco cada vez maior de perdas de áreas territoriais fronteiriças. (SARTÓRIO, 2007, p. 43).

Sartório (2007) analisa a rede rodoviária do Espírito Santo, principalmente após 1947. Antes desse período, nos informa que a mesma *era constituída em quase sua totalidade de estradas de penetração*. Esquematiza essa rede da seguinte maneira:

> 1. Malha provável com tráfego classificado como permanente: 1500 a 1100 km;
> 2. Malha provável com tráfego provisório ou intermitente: 1300 a 1500 km;
> 3. Malha rodoviária pavimentada exclusive as vias urbanas: 0 km;
> 4. **Total: 2800 a 3000 km** (SARTÓRIO, 2007, p. 43).

Naquele período, a classificação das rodovias se dava de outra forma. Segundo Sartório (2007), entre 1947 a 1950, no governo de Carlos Fernando Monteiro Lindemberg, as principais obras de construção direcionando ao noroeste foram: São Domingos – Barra de São Francisco (ES-31); Colatina – Nova Venécia (ES-11); e Ponte sobre o rio Pancas.

Conforme Sartório (2007), em função da lei nº 316, de 31 de junho de 1948, houve a construção das seguintes estradas municipais: São Mateus – Boa Esperança (60km); Nova Venécia – Muniz, ES-31 (17 km); Laginha – Rio Novo, em Colatina (36km); Nova Venécia – Oratório (25km).

Com o passar do tempo, houve novas construções, alargamentos, melhoramentos e adiantamentos. Essas estradas acima citadas receberam novas classificações e, atualmente, as principais estradas de rodagem são e foram:

a) BR 101: antes BR- 5, aprovada na década de 1950, corta o Estado de norte a sul, sendo a via principal de circulação e que se liga a outras rodovias que adentram os municípios interioranos;

b) ES 381: São Mateus – Nova Venécia construída no ano de 1941 substituiu o trecho ferroviário projetado na década de 1920 para ligar Colatina à São Mateus;

c) ES 137: liga São Domingos do Norte à Nova Venécia, passando por São Gabriel da Palha, iniciada em final da década de 1940.

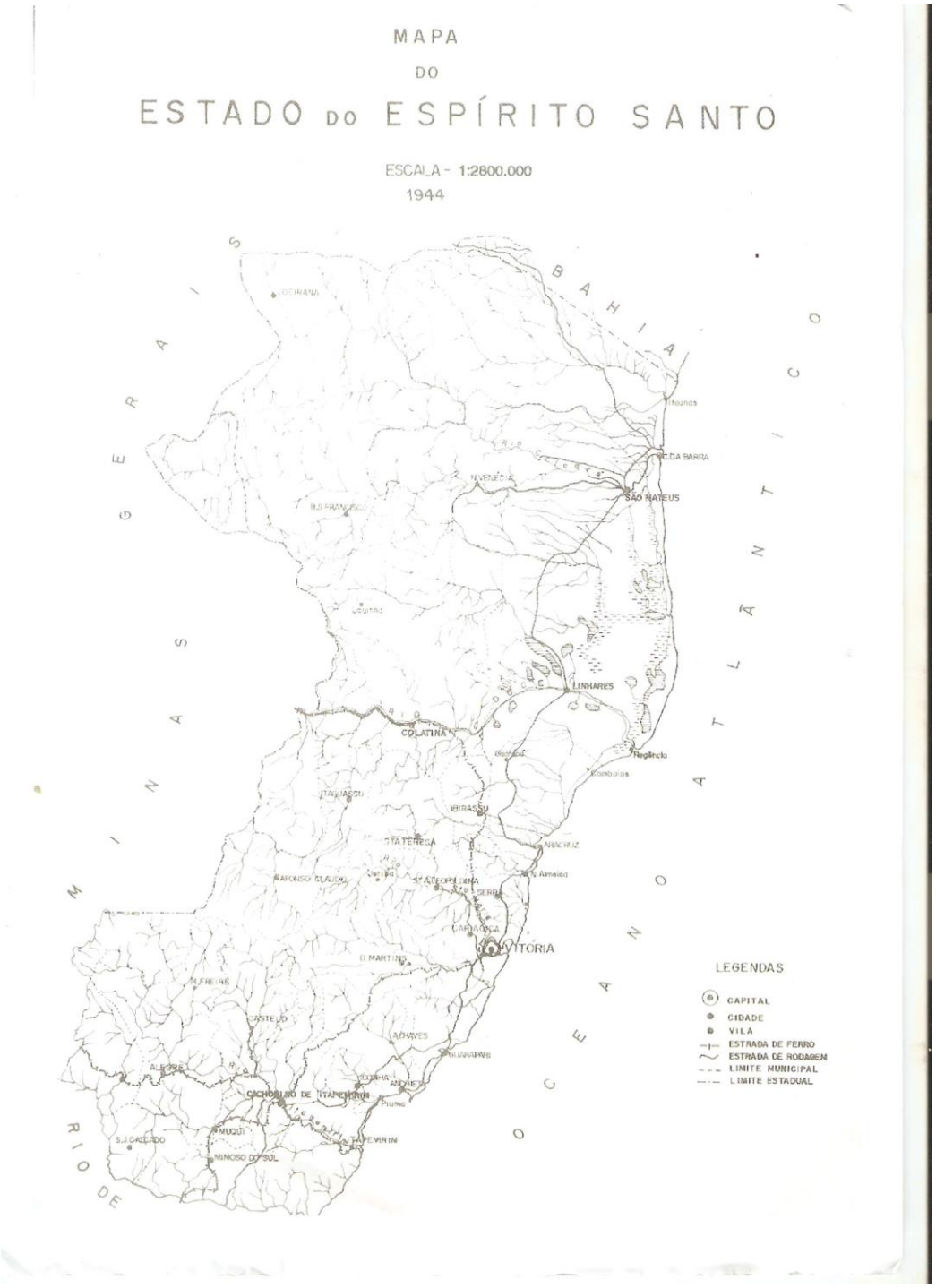
d) ES 080: rodovia radial que liga Vitória à Barra de São Francisco, passando por Colatina, São Domingos do Norte e Águia Branca, iniciada em final da década de 1940;

e) ES 341: rodovia que liga Vitória à Mantenópolis, passando por Colatina, Pancas e Alto Rio Novo, iniciada também no final da década de 1940.

Todas essas estradas foram pavimentadas pelo Governo Federal e/ou Estadual, e seu traçado seguiu muito dos caminhos e picadas abertos pelos possíveis habitantes e colonizadores do noroeste do Estado. Vale destacar que o contrato de concessão de Terras pela Companhia Territorial possuía uma cláusula específica, colocando como dever do beneficiado a construção de estradas com ligação aos núcleos coloniais. O constante melhoramento dessas vias de acesso só acelerou o processo de povoamento e transformação do Noroeste.

Em 1944, a fronteira político-administrativa já estava próxima à sua forma atual, conforme apresentado no mapa abaixo, porém, ainda não havia aceitação e acordo entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, referente à região de fronteira, trazendo, por isso, limites imprecisos no Noroeste.

MAPA 13 – Espírito Santo em 1944



Capítulo 04 – O MOVIMENTO DE DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO

Diante do exposto até aqui, assistimos nesse processo de colonização, o movimento de des-re-territorialização de povos diversos. Segundo HAESBAERT (2004), o processo de desterritorialização dos povos não é visto como uma finalidade em si mesmo, mas como uma dimensão de criação de novos territórios, uma reterritorialização. Portanto, é um movimento de des-re-territorialização. O sujeito humano não vive desterritorializado mas sempre imprime um processo de apropriação do espaço, logo, uma re-territorialização. Nessa mesma perspectiva Saquet (2007) aponta que:

> A des-reterritorialização e a re-territorialização são contraditórias, mas complementam-se; coexistem no tempo e podem coexistir no espaço; são inseparáveis (...). A des-territorialização num lugar significa re-territorialização noutro, promovendo a mobilidade da força de trabalho e suas características culturais. É um processo inerente à natureza contraditória do espaço e do território (SAQUET, 2007, p. 28 e 29)

Consideramos quatro movimentos básicos para ajudar a entendermos esse movimento de des-re-territorialização aqui estudado:

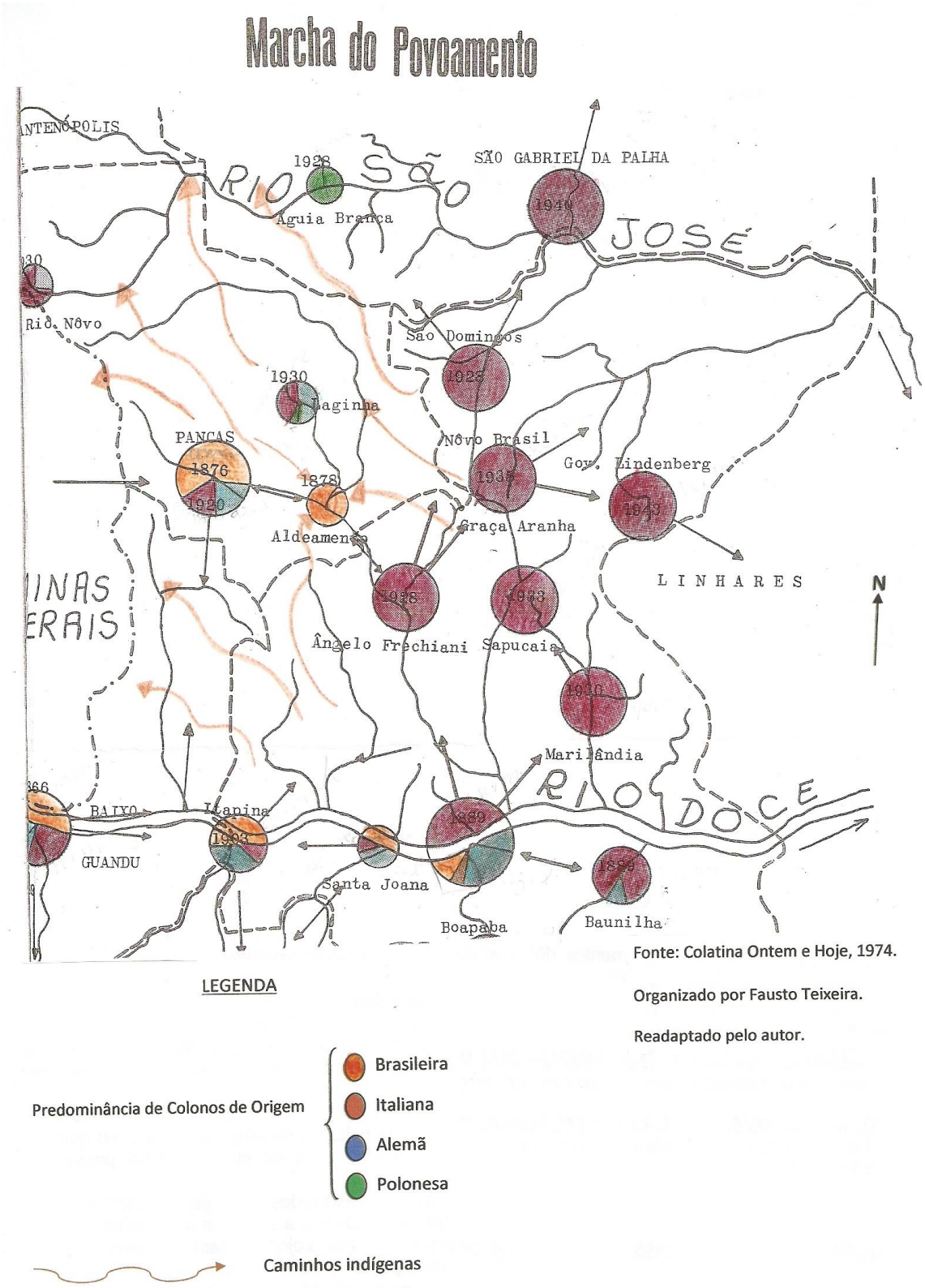
a) Des-re-territorialização de colonos do sul do Estado;
b) Des-re-territorialização de imigrantes europeus, principalmente poloneses;
c) Des-re-territorialização de indígenas e caboclos;
d) Des-re-territorialização de posseiros mineiros e capixabas.

Os povos que ali chegaram, junto com os que ali estavam e permaneceram, formaram um território de contraste com outras áreas do Espírito Santo. O lugar acrescenta sentidos, permitindo, agora, falar em território, pois estamos admitindo diversas territorialidades campesinas. Isso porque o contato com indígenas, caboclos, colonos do sul, mineiros, baianos, poloneses e outros deram sentido próprio àquele território.

Ao escrever o prefácio da obra de Haesbaert (1997), Milton Santos aponta que nesse movimento de territorialização, produz-se *uma nova territorialidade, marcada pelo conflito de atributos históricos – entre os que chegaram e os que*

já estavam – e o conflito entre duas formas de operar, sentir e viver a mesma fração de espaço.

MAPA 14 – Movimentos migratórios ou des-re-territorializantes



Fonte: Colatina Ontem e Hoje, 1974.

Organizado por Fausto Teixeira.

Readaptado pelo autor.

Esse mapa apresenta um esboço das direções tomadas por diferentes colonos (brasileiros, italianos, alemãs e poloneses) entre o rio Doce e o rio São José, bem como os caminhos prováveis de refúgio dos indígenas durante o processo de colonização. Este território teve uma maior atuação e influência das Companhias Territoriais.

A) Des-re-territorialização de colonos do sul do Estado:

Oriundos do primeiro ciclo de imigração no Espírito Santo, os colonos do sul do Estado se interessaram pelas terras do norte do rio Doce, uma vez que eram terras descansadas e já não mais havia terras suficientes para a divisão familiar. A tradicional herança de terras já se tornava inviável no sul do Estado.

Com o incentivo governamental, previsto na lei 1.711/1929[13], muitas famílias já consideradas brasileiras, principalmente filhos ou netos dos primeiros imigrantes, se dispuseram nessa migração, comprando terras da Companhia Territorial e também a partir da Firma Costa&Malacarne. Compreende-se, dentro desse movimento de migração, a desterritorialização dessas famílias do sul do Estado, para se reterritorializarem ao norte do rio Doce.

Essa condição aparece nos dias de hoje, mesmo nesta área de colonização mais tardia. E se manifesta também de forma mais problemática, visto que as propriedades se tornam cada vez menores e nem sempre é possível se tornar uma herança para os filhos, sendo mais um desafio para manter o jovem no campo.

Vejamos a ilustração de uma propriedade que passou pelo processo de divisão familiar via herança, no município de Águia Branca:

[13] Esta lei trata de definir o que são terras devolutas, além da alienação e concessão, da venda à vista e a prazo, das preferências, das concessões gratuitas, do processo de aquisição e medição das terras devolutas, da discriminação das terras legítimas, da concessão de terras para a fundação ou desenvolvimento de núcleos urbanos, etc.

MAPA 15 – Croqui realizado por uma agricultora no município de Águia Branca, ilustrando a divisão familiar da terra.

Croqui realizado por Cássia Cassaro, em fevereiro de 2012. Sem escala.

A imagem foi desenhada pela filha da dona da propriedade, na qual identificou os cultivos realizados pela sua família. Esta metodologia foi utilizada no trabalho de campo realizado pelo NEPEA durante a atividade de identificação e sistematização de experiências agroecológicas. Este mapa se tornou um caso emblemático, tendo em vista que a agricultora fez questão de colocar os vizinhos que fazem limite com sua propriedade agrícola, sendo todos eles seus tios. Isso representa, portanto, a divisão familiar da terra via herança, na qual seu avô, vindo de Muniz Freire, adquiriu um pedaço de terra e, mais tarde, dividiu a mesma porção recebida entre seus filhos.

A propriedade, que já era pequena, foi dividida entre filhos do primeiro dono. Todos os herdeiros já possuem filhos e netos, os quais poderão ser os futuros herdeiros, caso ainda consigam dividir as propriedades. Essa é uma questão

elementar e que pode ser aprofundada com maior riqueza, pois essa divisão familiar da terra pode ser uma das causas para a saída do jovem do meio rural.

B) Des-re-territorialização de imigrantes europeus, principalmente poloneses:

A presença de imigrantes europeus também é destaque durante o processo de colonização do norte do rio Doce. O motivo dessa imigração se difere do processo que se passou com as famílias do sul do Estado. Neste caso, não foi a falta da terra, mas sim o clima de insegurança e guerra propagado pela expansão do domínio da Alemanha nazista e da União Soviética.

A Polônia havia sido invadida pela Alemanha nazista pelo ocidente, sendo duramente derrotada na denominada Batalha de Tomaszow Lubelski. Esse avanço impulsionou também a invasão do exército soviético praticamente no mesmo período. Como sabiam que estavam perdendo a guerra contra a Alemanha, os políticos e militares polacos aceitaram a integração ao bloco soviético em 1941, a partir do Acordo de Sikorski-Mayski e recusaram qualquer acordo de paz com a Alemanha. Parte do povo polaco conseguiu adquirir terras no noroeste do Espírito Santo, mais precisamente em Águia Branca, para se dedicarem ao cultivo da terra e se dispuseram nessa migração. No título provisório apresentado na IMAGEM 08, data-se no ano de 1944. No entanto, não se pode afirmar que a migração polonesa esteve relacionado apenas à invasão soviética, pois os contratos iniciam-se ainda na década de 1930, quando a Polônia ainda era alvo tanto dos nazistas quanto dos soviéticos.

Eduardo Glazar (2005) conta em seu livro algumas histórias sobre a vinda de sua família da Polônia para o Espírito Santo. É possível observar as geografias presentes nessas histórias contadas no livro. Segundo ele, o trajeto do rio Doce até Águia Branca foi tão difícil que em diversas vezes pensavam em voltar as suas terras.

> O patrimônio dos índios marcava o fim do trecho da estrada provisória. Próximo a ele já existia um acampamento para acomodar os imigrantes. Nesse local existiam tribos de índios já civilizados,

> guaranis, pois era o que se comentava, e eram civilizados porque já respeitavam e se comunicavam com os brancos. Nós, imigrantes poloneses, tínhamos pavor deles, porque líamos, lá na Polônia, que eram umas feras contra os brancos. Havia na nossa mente a imagem de que o índio era um bicho perigoso e terrível, que atacava os brancos. Dali até Monte Claro (distrito de Águia Branca) fez-se a pé. O menores iam no lombo das tropas de burros (Glazar, 2005, p. 51 e 52).

As primeiras notícias que tiveram dos familiares que ficaram na Polônia não foram muito satisfatórias. Muitos morreram em guerra, as mulheres e crianças foram exiladas na Sibéria, e segundo Glazar (2005), foi o que "confortou sua família em continuar a expedição".

No trecho supracitado, podemos observar como a imagem do "índio" chegava até eles: o índio perigoso, feroz. Também se observa como foi o primeiro contato com a tribo de "índios civilizados". Em outro trecho, o autor fala de trabalhos que os "índios" ajudavam a realizar. Vejamos:

> Em 1937, havia um grupo de índios guaranis em São Gabriel, que já eram civilizados (...). O acampamento desses índios ficava numa clareira onde hoje se encontra o primeiro cemitério de São Gabriel da Palha. Alguns desses índios trabalhavam na delimitação de lotes. Eles tinham um ótimo senso de direção e orientação, e certa facilidade para andar e traçar rumo no meio da mata (GLAZAR, 2005, p. 99).

Nesse movimento de imigração é que se dá o processo de des-re-territorialização. Uma vez desterritorializados de seu país de origem, a compra de terras no noroeste do Espírito Santo através da Sociedade Colonizadora de Varsóvia permitiu a eles encontrarem um refúgio, um abrigo, uma reterritorialização.

C) Des-re-territorialização de indígenas e caboclos:

Com a Lei de Terras, promulgada em 1850, organizava-se a propriedade privada da terra em todo Brasil. Essa lei estabelecia que a posse da terra só era possível mediante a compra. Também definiu que as terras ainda não ocupadas passavam a ser propriedade do Estado e só poderiam ser adquiridas através da compra nos leilões mediante pagamento à vista, e não mais através

de posse, e quanto às terras já ocupadas, estas podiam ser regularizadas como propriedade privada.

Com essa regulamentação, estavam excluídos da possibilidade de acesso à terras aqueles que não pudessem comprá-las, dentre eles os indígenas, o futuro “negro liberto”, e o caboclo, conhecido por esse nome não somente devido à miscigenação, mas também pela classificação intencional de não atribuir a eles uma origem.

Vale ressaltar que a “abolição” da escravatura foi feita 38 anos após a promulgação da Lei de Terras, portanto, os escravos “libertos” não tiveram acesso à propriedade, à terra, por isso ocuparam as áreas que não haviam sido colonizadas, procurando junto à terra sua verdadeira libertação.

Foi nesse cenário que se iniciou o processo de colonização no noroeste do Espírito Santo. Os caboclos e indígenas ali já habitavam, em terras não regularizadas - sendo esse o motivo de sua desterritorialização - geralmente avançando por terra adentro, na expectativa de encontrar um pedaço de terra que lhe permitisse habitá-la.

No caso dos indígenas, como já mencionado anteriormente, houve duas alternativas: a primeira, aceitar a política de aldeamento, proposta pelo Governo como possibilidade de garantir sua sobrevivência e, nesse caso, acabavam passados por um processo “civilizatório”; a segunda alternativa era resistir à colonização, quando não atacando, se refugiando em terras e matas ainda desconhecidas pelos colonizadores.

No caso dos caboclos, além de se refugiarem em terras não conhecidas pelos colonizadores, era possível também regulamentá-las, porém, poucos tinham conhecimento ou acesso a essa informação. Vale ressaltar que o analfabetismo era uma realidade concreta, pois esses povos não tinham acesso à educação escolar. Então, como saberiam os processos legais e procedimentos legítimos de regularização das terras? Que contrato

assinariam? A regularização das posses também requeria uma despesa de cartório e agrimensor. De que forma arcariam com os custos?

Dessa forma, parte dos indígenas se reterritorializaram em aldeamentos, como o de Pancas, que surgiu no final do século XIX - uma epidemia de sarampo quase extinguiu por completo os indígenas ali aldeados. Aqueles que resistiram a essa política, juntamente com os caboclos, se refugiavam nos sertões mais adentro, desconhecidos pelos colonizadores. À medida que a frente pioneira avançava, esses povos se refugiavam, até desencadear um conflito pela posse da terra.

D) Des-re-territorialização de posseiros mineiros e capixabas.

Posseiros são aqueles que ocupam uma terra no intuito de nela trabalhar, podendo requerer a sua posse. Assim é possível verificar a presença de mineiros e capixabas naquela porção do território, que ocupavam um pedaço de terra para ali produzir.

Muitos perderam sua terra por não regularizá-las, pois, com o processo de avanço da frente pioneira, tiveram que abrir mão para os novos colonos que ali chegavam com documento oficial de posse da terra por meio da compra. Muitos seguiram o mesmo caminho dos indígenas e dos caboclos, procurando novas terras ainda não conquistadas pelas frentes pioneiras. Outros conseguiram regularizar a sua posse, pois, diferentemente dos caboclos, puderam entender os procedimentos a serem tomados.

Pouco também há de registros sobre os posseiros mineiros e, principalmente, baianos naquela região. O Anexo IX apresentado em trabalho de CAMPOS JÚNIOR (2004) traz os caminhos percorridos pelos mineiros adentrando em terras capixabas.

> De Conselheiro Pena à Aldeia, ainda em Minas, havia um eixo que, em prosseguimento, chegou a Mantena, em 1932, e em seguida a Barra de São Francisco, considerada a última grande reserva de terras devolutas da região. (EGLER, 1951 apud CAMPOS JÚNIOR, 2004, s/p).

Quanto aos posseiros baianos, não foi encontrado nenhum registro naquela área, diferentemente do extremo norte capixaba, no qual há grandes evidências da presença de mineiros e baianos, principalmente voltados ao serviço de serrarias. Contudo, não podemos afirmar a inexistência de posseiros de origem baiana naquele território.

4.1 Do território como recurso ao território como abrigo

Diante do exposto até aqui, o conceito usado por Milton Santos (2000) de *território como recurso* e *território como abrigo* ganha legitimidade, já que se admite que *o uso do território que faz dele um objeto de análise social* (SANTOS, 2008). O caso da política colonizadora proposta pelos atores hegemônicos viu e ainda vê naquela área a *garantia de realização de seus interesses particulares*, configurando um *território como recurso*. É dali que vem a manutenção dos atores hegemônicos, de uma lógica moderno-colonial (PORTO-GONÇALVES, 2006)[14], como exemplo o caso do café, que esteve presente desde a ideia de colonização até os dias de hoje.

Outros sujeitos se movimentam em direção distinta, mostrando novos horizontes e possibilidades, o que fazem do *território* um *abrigo* (SANTOS 2000), pois buscam constantemente a adaptação àquele meio geográfico, ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência (ou r-existência) nos lugares.

“Território como recurso” e “território como abrigo” são conceitos que, neste trabalho, foram compreendidos dentro de um mesmo movimento, pois são contraditórios e complementares. São territorialidades distintas, com diferentes

[14] O autor chama atenção ao fato de que “ (...) com frequência, esquece-se que junto com o processo de modernização se deu o de colonização. Não fosse a colonização da América a Europa não teria reunido forças para se impor ao mundo como seu verdadeiro centro hegemônico (p. 24). O termo moderno-colonial é um *sistema de relações hierárquicas de poder.* Em palestra realizada na UFES em maio de 2012, na Jornada América Latina em Movimento, Porto-Gonçalves aponta o engenho como um exemplo de um sistema técnico que, no contexto de colonização e escravidão, foi um dos mais modernos sistemas vigentes no mundo. Então, a modernidade europeia inventou a colonialidade e, *assim, continua atravessando, até hoje, as práticas sociais e de poder.*

formas de apropriação e uso do território. Dentro de um mesmo período e projeto colonial estavam os indígenas, caboclos, quilombolas, Estado, Capital e as Firmas Colonizadoras, os migrantes do sul e os poloneses, os posseiros baianos e mineiros.

As classes dominantes capixabas, ao direcionar o noroeste com olhar e um discurso colonizador, enxergaram e ainda enxergam naquele território a garantia de seus interesses particulares, com finalidade econômica baseada em uma ideologia desenvolvimentista. Foi dessa forma que se elaborou a política colonizadora, como um projeto construído a partir de interesses governamentais e privados sobre aquela porção do território capixaba. Dentro desse projeto, a migração desempenhou um papel fundamental, pois foram os migrantes a frente pioneira de expansão e colonização das terras já ocupadas tradicionalmente por grupos com visões de mundo distintas. Esses migrantes, além de possuir garantias oficiais, precisavam garantir sua sobrevivência e sua reprodução na terra e com a terra. Foi uma condição posta desde o primeiro ciclo de imigração.

Porém, esses mesmos migrantes, que desempenharam um papel fundamental para a política colonizadora, não viam as “terras do norte” apenas como um recurso econômico, mas também como um abrigo, um habitat, uma garantia de reproduzir seu trabalho e das futuras gerações enquanto agricultores.

Assim foram também os posseiros, indígenas e caboclos, porém com um viés diferente, já que esses faziam parte da “barreira” que atrapalhava os planos coloniais. Por isso, também não ficaram de fora dos planos oficiais, pois a política colonizadora teve que se adaptar à realidade encontrada naquela área. Fato foi que muitos (maior parte) não conseguiram garantir a permanência em suas terras, apesar de terem um papel fundamental na configuração territorial do noroeste capixaba. Portanto, dentro de um projeto político de colonização, com visão de uso do território noroeste como recurso, estava-se inseridas pessoas, grupos, sujeitos que, diferentemente, viam o uso do território não apenas economicamente, mas a partir de outros valores, fossem eles valores de abrigo, de refúgio, ou de vida.

CAPÍTULO 05 – TRANSFORMAÇÕES NO TERRITÓRIO E AS NOVAS APROPRIAÇÕES DE TERRA

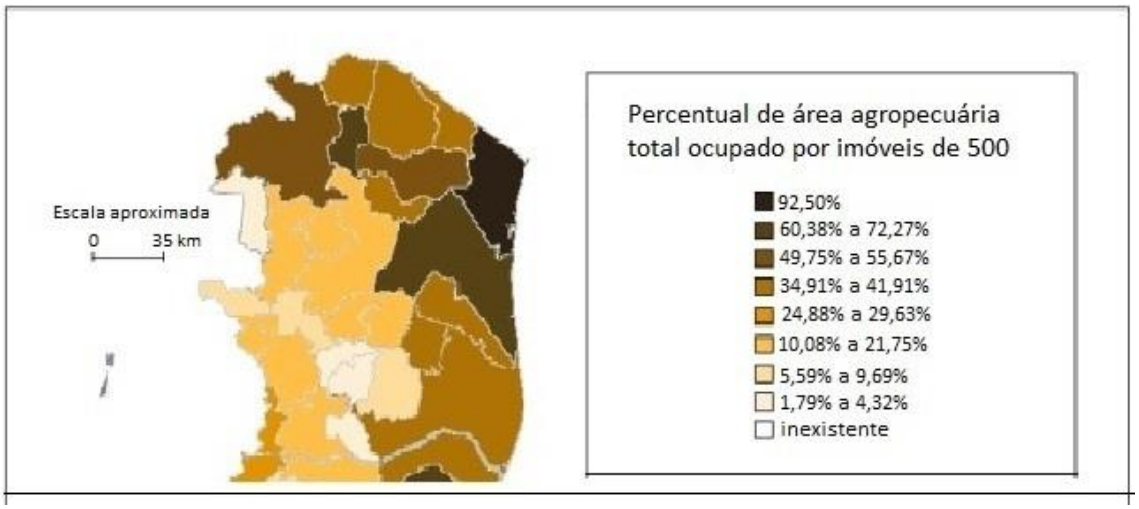
Duas coisas bem distintas, uma é o preço, outra é o valor.
Quem não entende a diferença, pouco saberá do amor,
da vida, da dor, da glória e tampouco dessa história
(El Efecto, 2012).

A partir de 1950, iniciam-se no Espírito Santo os incentivos à produção em larga escala, e não mais em pequenas propriedades. O latifúndio passa a ser uma condição para a ampliação e definição das fronteiras, juntamente com os projetos de produção monocultora (pecuária na década de 1940, eucalipto na década de 1970, e cana-de-açúcar nos fins dos anos de 1970).

A região conhecida como Contestato evidenciou os constantes conflitos por terras, devido às forças originadas de várias direções, principalmente àquelas vindas de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, caracterizada pela presença de posseiros, indígenas, pequenos proprietários e, principalmente, pela chegada de grandes latifundiários em busca de terras para aumentar o latifúndio e sua produção.

Segundo Moraes (2004), o norte do Rio Doce apresenta-se sob um “(...) esvanecimento súbito dos relevos montanhosos de rochas cristalinas e a expansão, para o interior, dos tabuleiros (...)”. Mas estas áreas, com características físicas mais propícias para a agricultura intensiva e extensiva, já estavam asseguradas pelos latifundiários, enquanto as áreas de relevo montanhoso foram destinadas à colonização, como vimos até o momento. Vejamos o mapa:

MAPA 16 – Percentual de imóveis com mais de 500 hectares no Espírito Santo, 2006.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006. Elaborado por Jaime Bernardo Neto, 2012.

Readaptado pelo autor

O noroeste do Estado apresenta um relevo acidentado, característico da Serra dos Aimorés. E com o decorrer dos anos, percebemos que a política colonizadora, que direcionou a gênese fundiária do Noroeste do Espírito Santo, deu uma configuração territorial particular ao norte do Rio Doce, num processo que envolveu continuidades e rupturas.

Muito embora as terras destinadas a essa colonização não sejam propícias à agricultura, os povos que para lá foram e/ou ali permaneceram dão sentido próprio àquele lugar, configurando um território camponês, no qual chamaremos de arco camponês, devido o desenho formado na espacialização da estrutura fundiária.

Esse território torna-se peculiar pela questão do alimento que, tanto na produção quanto na comercialização, vem se dando de forma diversificada. Isso não está separado da emergência dos movimentos sociais e educacionais, que trazem novas possibilidades para garantir uma vida digna no campo. Destaca-se o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e os CEFFAs, que se baseiam na Pedagogia da Alternância em sua prática de ensino, sendo

organizados na Rede de Associações do Centro Educacional de Formação Familiar em Alternância (RACEFFAES).

Esses movimentos, sociais e educacionais, tratam questões centrais para a manutenção da vida no campo, entre elas: agroecologia, juventude rural, moradia habitacional, questão hídrica, de gênero, do alimento, dentre outras. Caracteriza-se, portanto, um território apropriado pelos camponeses, resistentes aos projetos modernos e coloniais, nos quais podemos destacar a Revolução Verde e todo seu pacote tecnológico de maquinários e agrotóxicos direcionados à produção no campo.

O café continua sendo um produto fortemente presente, mas que sofreu grandes transformações após 1950, principalmente com a "crise" do café e a política de erradicação dos cafezais. Essa mudança continua atrelada aos interesses político-econômicos de antigos e novos atores hegemônicos[15], levando ao campo novas variedades do produto e ampliando sua produção a partir desses novos pacotes tecnológicos.

Esse modelo, conhecido hoje como Agronegócio, vem provocando transformações graves no território, incentivando assim: a produção de monocultura, que coloca o camponês em situação de dependência em relação ao mercado, retirando sua autonomia e a diversificação de sua produção; o uso intensivo de insumos agrícolas e agrotóxicos, verificando grandes índices de contaminação e/ou intoxicação dos trabalhadores, dos alimentos, das águas e do solo; arrendamento de terras e desmotivação ao trabalho do campo, o que acarreta uma saída constante do jovem para áreas urbanas; dentre outros.

A organização desses sujeitos, com vistas a fortalecer o território, apresenta-se como um movimento de resistência, uma vez que procuram alternativas e experiências válidas, que garantam a sua permanência e autoestima no campo. Garantia também de alimentos, um dos grandes elos da relação campo-cidade, bem como uma relação saudável criada entre os homens e

[15] Ver Raquel Daré: A "crise" do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo. 2010. Dissertação (Mestrado – UFES).

entre estes com a natureza. Alternativas e resistências para assegurar o valor que o território possui enquanto abrigo da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos, por fim, que analisar a gênese fundiária desse território é um esforço para buscar os processos (des)contínuos que levaram a atual estrutura fundiária. Esta análise contribui no entendimento dos processos atuais, as novas dinâmicas territoriais, suas (des)continuidades, rupturas históricas e geográficas.

O desafio agora, na continuidade do estudo, é trazer essas novas dinâmicas territoriais e compreendê-las à luz de um território cuja gênese fundiária teve um alto grau de atuação mediada por interesses político-econômicos hegemônicos. Uma vez que se propõe a trazer sujeitos invisibilizados pelos documentos oficiais, nos propomos a analisar também a sua atuação, as quais provocam as rupturas. A territorialidade desses sujeitos, de suas práticas e saberes é, então, um desafio na tentativa de localizar um território apropriado por sujeitos que mantém outras matrizes de racionalidades.

Portanto, quanto aos saberes subalternos, o desafio é inseri-los, colocá-los visíveis dentro dessas dinâmicas, porque estão em movimento, criando e recriando estratégias de resistência, porque existem, resistem e têm vozes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A GAZETA. Os índios eram os donos da região. **Especial 60 anos de Colatina,** Vitória, p. 2-8. 22 ago. 1982.

A GAZETA. Colatina: 75 anos de Emancipação e Progresso. **A Gazeta,** Vitória, p. 20-21. 22 ago. 1997.

ANTOGIOVANNI, Lídia Lúcia. **Território como Abrigo e Território como Recurso:** territorialidades em tensão e projetos insurgentes no norte do Espírito Santo. 2006. 173 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

BERNARDO NETO, Jaime. **Gênese da Estrutura Agrária do Espírito Santo:** estudo comparativo entre os domínios da pecuária no Extremo Norte e as áreas de pequenas propriedades no Centro-Sul. 2012. 348f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2012.

BORGO, Ivan; ROSA, Léa B.; PACHECO, Renato. **Norte do Espírito Santo**: ciclo madereiro e povoamento. Vitória: Edufes, 1996. 178p.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **A formação da centralidade de Colatina**. Vitória: IHGES, 2004. 89p.

CARDOSO, Cássia Regina Soares. **O processo de ocupação do noroeste paranaense nas décadas de 1950 e 1960.** Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/954-4.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2013.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços.** Porto Alegre: L&PM, 2006. 272 p.

GLAZAR, Eduardo. **Brava Gente Polonesa.** Vitória: Flor & Cultura, 2005. 207 p.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 5. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 396p.

_____. **Des-territorialização e identidade:** a rede “gaúcha no nordeste. Niterói: EDUFF, 1997. 293 p.

MALACARNE, Altair. **São Gabriel da Palha**: a história da origem. Nova Venécia: Gráfica e Papelaria Cricaré, 2000. 122 p.

_____. **São Domingos do Norte**: rumo ao rio São José. Disponível em: <http://sites.google.com/site/saodomingosdonortees/008-4---o-estado>. Acessado em: 07/04/2012.

MARINATO, Francieli Aparecida. **Índios Imperiais:** Os botocudos, os militares e a colonização do rio Doce (1824 – 1845). 2007. 251 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2007.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997. 213 p.

MONBEIG, Pierre. **O Brasil.** 5 ed. São Paulo: Difel, 1975.

_____**. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: HUCITEC: Polis, 1984. 392 p. (Geografia: teoria e realidade)

MORAES, Cícero. **Geografia do Espírito Santo**. Vitória: IHGES, 2004. 301p.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **A produção histórica dos vazios demográficos: guerra e chacinas no vale do rio Doce (1800-1830)**. Revista de História (UFES), Vitória, ES, v. 9, n. 9, p. 99-123, 2001.

_____. A ilusão das terras devolutas colonização particular, exploração madeireira e grilagem, 1889 – 1930. **Dimensões.** Vitória: Universidade Federal

do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, nº 17, p. 231 – 243, 2005.

NEVES, Reinaldo Santos. Uma exploração do Rio Doce e seus afluentes do norte -Willian John Steains. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 35, p.102-115, 1984.

PIRES, Hindenburgo Francisco. **Reflexões sobre a contribuição da geografia histórica e da geohistória na renovação dos pensamentos geográfico e histórico no século xx.** Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos909/reflexoes-sobre-contribuicao/reflexoes-sobre-contribuicao.shtml>. Acesso em: 02 jan. 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 461p.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória: Intituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, n. 11, 1938.

ROBERT DE MORAES, Antônio Carlos. **Bases da Formação Territorial do Brasil:** o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: HUCITEC, 2000. 432P.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 384p.

_____. et al. **O papel ativo da Geografia**: um manifesto. XII. Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, 2000.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 471 p.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200 p.

SARTÓRIO, Élvio Antônio. **A trilha sagrada:** anatomia histórica das estradas. Vitória: Sodré, 2007. 978 p.

SCARIM, Paulo Cesar. **Produtores de Cidades:** Santo Anastácio: a produção especulativa do lugar. 1995. 83 f. Monografia (Bacharel) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SILVA, Fábio Carlos da. **A Companhia de Terras da Mata Geral e a privatização da floresta Amazônica no sul do Pará.** Disponível em: www.ufpa.br/naea/pdf.php?id=427. Acesso em: 16 abr. 2013.

TEIXEIRA, Fausto. **Colatina ontem e hoje**. Colatina, Imp. 1974. 146p.